



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 145

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de julho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Congratulação pela conquista do Prémio Gazeta de Fotojornalismo 2015 por parte do Fotografo mariense Pepe Brix.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (PS), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Parece (PSD).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação ao Clube União Sportiva pela conquista da Taça Nacional de Sub-19 femininos.**

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional da Classe Access por atletas do Clube Naval da Horta.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*);

- **Voto de Saudação ao velejador Campeão Nacional 2016 em Access 2.3, Rui Dowling, ao velejador Vice-Campeão Nacional 2016, Lício Silva, e a todos os restantes elementos da equipe do Clube Naval da Horta que participou no Campeonato Nacional da Classe Access realizado em Viana do Castelo.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da criação da Freguesia da Ribeira Chã.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo primeiro lugar europeu da equipa Açoriana ENTA SAT2 da Escola de Novas Tecnologias dos Açores.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*);

- **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Coro PACTIS.**

Apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube Automóvel do Faial.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube Automóvel do Faial.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*);

- **Voto de Congratulação pela conquista da Taça de Portugal Feminina de Ténis de Mesa pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pelo cinquentenário das pioneiras festas luso-canadianas do Senhor Santo Cristo dos Milagres nas cidades de Toronto e Montreal.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação relativo ao centenário da Lei n.º 621 que deu origem ao estatuto oficial das freguesias.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), usou da palavra para intervir o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Colocado à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Antunes Castanheira.**

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*);

- **Voto de Pesar pelo falecimento de João Domingos Pedro Taveira.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

De seguida, apresentou uma Declaração Política o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), tendo participado no debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Cria o Comissariado dos Açores para a Infância”.**

Usaram da palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silva (*PS*), os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Findo este ponto, passou-se à discussão e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 70/X – “Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores”.**

Feita a apresentação pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*), pediram a palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Renata Correia Botelho (*PS*) e o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Por fim, iniciou-se a discussão sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pediram a palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Graça Silva (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 26 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada como é habitual.

Secretário: Bom dia.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Batista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos começar pelos votos, como é habitual no PTAP.

O primeiro é um Voto de Congratulação, referente ao **Prémio Gazeta – Fotojornalismo 2015**, que foi atribuído a Pepe Brix. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pepe Brix vence prémio Gazeta de Fotojornalismo 2015

O jovem fotógrafo mariense Pepe Brix venceu o prémio Gazeta de Fotojornalismo 2015, atribuído pelo Clube de Jornalistas, com o trabalho "Código Postal: A2053N". Refira-se que este é o mais conceituado galardão jornalístico atribuído em Portugal e cujo resultado foi conhecido no final do passado mês de junho.

A reportagem, realizada em 2014, retrata a vida a bordo dos navios portugueses de pesca do Bacalhau, publicada em fevereiro de 2015 na edição portuguesa da National Geographic e posteriormente na Noticias Magazine. Segundo o júri dos prémios Gazeta, a reportagem

representa "um impressionante retrato da vida dos pescadores portugueses a bordo dos bacalhoeiros da frota portuguesa, que continuam a embarcar rumo à Terra Nova". Disse ainda que "Pepe trouxe um holofote para o Atlântico, iluminando um pequeno ponto negro chocalhado pelas águas e tornando-o o centro de uma história nunca antes documentada com esta profundidade."

Através da sua objetiva, Pepe captou a valentia e o talento desses profissionais de pesca, para além dos riscos que os mesmos enfrentam durante os três meses e meio de campanha no Atlântico Norte, a bordo do navio "Joana Princesa", um dos 13 que ainda se aventuram por mares longínquos.

Associado a este trabalho, numa parceria com a empresa Riberalves, Pepe vê o seu esforço e dedicação espelhado em livro, "Os Últimos Heróis", que o jornal Público classificou como um dos 10 mais belos livros do ano.

Já este ano de 2016, Pepe inicia um novo projeto, "For Cod's Sake", um documentário fotográfico que pretende mostrar a indústria organizada da pesca e exportação do Bacalhau do Atlântico e como a pesca responsável pode garantir uma sólida economia num país de pequenas dimensões.

Pepe Brix nasceu em 1984 na ilha de Santa Maria, no seio de uma família de fotógrafos e artistas. Seu pai, Max Brix Elisabete e seu Avô Pepe, ambos fotógrafos, foram certamente a sua inspiração! A criatividade e espírito de aventura, seguramente uma herança de sua avó Emma, trapezista no Circo Cardinali.

Pepe Brix é o nome artístico de Rui Barros Brix Elisabete, um jovem mariense, que toda a gente conhece, de que todo a gente gosta! De quem toda a gente é amiga!

Pepe Brix, com 12 anos de idade, começou a fotografar e dedicou-se também aos serviços de laboratório no estúdio do seu pai. Após terminar os estudos em Santa Maria, realizou um curso profissional de fotografia no Porto, no Instituto Português de Fotografia.

O seu espírito de aventureiro levou-o a realizar expedições a lugares longínquos, sempre com a ânsia de conhecer outras culturas, outras personalidades, outros povos, outros Mundos.

Para além da expedição a que me referi há pouco, em 2009 Pepe aventurou-se numa grande expedição ao Peru, onde fotografou sítios como Mancora, Amazônia, Cusco, Lago Titicana e Arequipa, da qual resultou a exposição fotográfica "Inti Raymi, na Rota do Sol".

Em 2012, foi a vez de explorar a Índia e o Nepal, durante 4 meses, e que teve como resultado a exposição fotográfica "Ensaio sobre o comprimento do silêncio", estruturado em dois andamentos: "Índia, a horizontalidade do silêncio" e "Nepal, a verticalidade do silêncio", resultando na publicação de um livro com o mesmo nome em coautoria com Daniel Gonçalves, também ele um Escritor com provas dadas e livros editados, que escolheu Santa Maria para viver.

Por fim, em 2015, Pepe integra a expedição de moto Lisboa-Pequim-Lisboa, em que documenta a viagem de 2 meses de 3 portugueses pelo Mundo, tendo a viagem, com muitas peripécias, sido muito divulgada e acompanhada pela imprensa nacional, terminando numa exposição fotográfica com o mesmo nome.

Para além destas aventuras, Pepe foi júri em várias edições do concurso "Labjovem - Jovens Criadores", em concursos de fotografia subaquática, bem como fotógrafo em diversas campanhas publicitárias de marcas conhecidas, das quais se destaca a realizada na ilha do Corvo, aquando do Mundial de Futebol em 2014.

Pepe tem ainda tempo para fotografar todos os eventos da ilha de Santa Maria, para se divertir com os amigos e para viver a vida de um modo muito particular. Este é o nosso Pepito, que ainda tem muito para dar!

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um **Voto de Congratulação** pela conquista do Prémio Gazeta de Fotojornalismo 2015 por parte do Fotógrafo mariense Pepe Brix e que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Horta Sala das sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, Bárbara Chaves, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Duarte Moreira e Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente que se associa ao presente voto apresentado pelo prémio obtido pelo jovem fotógrafo Pepe Brix, Rui Elisabete seu nome, que desde cedo se dedicou à fotografia, aliás atividade que herdou do seu pai e também do seu avô em Santa Maria.

É um fotógrafo aventureiro que tem corrido os quatro cantos do mundo, aliás esse prémio que ele agora ganha, que obteve, é fruto de uma dessas viagens pelo mundo, onde recentemente também num trabalho que em breve, aliás já está em exposição, foi até à China, fez um percurso em mota de Lisboa a Pequim, portanto, é um fotógrafo mariense que muito tem dado aos Açores, tem projetado o nome de Santa Maria, provando que a ilha não tem limites quando se tem talento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento a Sra. Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao **Clube União Sportiva**, vencedor da taça nacional de sub 19 femininos basquetebol.

É apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube União Sportiva: Vencedor da Taça Nacional de Sub 19 Femininos Basquetebol

No passado dia 5 de junho, o Clube União Sportiva sagrou-se vencedor da Taça Nacional de Sub-19 femininos, ao derrotar na final o Galitos por 74-72.

É a primeira vez na história do clube, que a equipa de Ponta Delgada conquista o troféu das camadas de formação de Sub-19.

O 1.º lugar obtido demonstra o excelente trabalho que tem sido feito na formação do clube, proporcionando aos jovens atletas excelentes condições para a prática do basquetebol.

A formação do Clube União Sportiva tem pautado pelo prestígio que os seus atletas atingem no panorama regional e nacional. Proporcionando novos talentos desportivos às equipas seniores.

Este é o 2.º título nacional de uma formação do Clube União Sportiva.

O Clube União Sportiva abrange uma só modalidade, o basquetebol. É o clube com mais equipas, na modalidade, e com mais atletas nos Açores, atualmente com 263 praticantes divididos pelos escalões de Mini 10, Mini 12, Sub 14, Sub 16, Sub 19 e Seniores em ambos os sexos.

A sua aposta na formação deve ser vista como um exemplo a seguir, que proporciona aos mais jovens, não só a prática do desporto em si, mas também uma oportunidade para aqueles que querem fazer da sua vida uma carreira desportiva.

A União Sportiva é o único clube dos Açores que a Federação Portuguesa de Basquetebol reconheceu nas épocas 2006/07 e 2007/08 como Escola Nacional de Basquetebol.

O Instituto Português do Desporto distinguiu o clube no ano 2008 como Clube de excelência de formação.

Também em 2008 foi agraciado com o reconhecimento de Mérito na modalidade de basquetebol pelo Instituto do Desporto de Portugal.

É louvável o trabalho desempenhado pelos seus dirigentes, treinador e atletas, levando o Clube União Sportiva e o nome dos Açores aos mais altos patamares do desporto nacional e internacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Clube União Sportiva pela conquista da Taça Nacional de Sub-19 femininos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube União Sportiva, às atletas e equipa técnica do escalão Sub-19 do Clube União Sportiva, à Associação de Basquetebol de São Miguel e à Federação Portuguesa de Basquetebol.

Horta, sala das sessões, 12 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia e Cláudio Almeida

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PS associa-se ao voto apresentado de congratulação ao União Sportiva por vencer a Taça Nacional de Sub-19 de femininos de basquetebol. O Clube União Sportiva é uma escola de basquetebol das melhores do país, tem obtido resultados muito positivos

que dignificam o desporto regional e toda a Região Autónoma dos Açores.

Por isso a escola que eles têm feito nos últimos anos é um trabalho profícuo, sério, desportivamente positivo e só assim é que se compreende os títulos nas camadas jovens e nas camadas séniores que sendo bicampeão, nós apresentámos o voto ontem, deles serem campeões nacionais de séniores e agora ganharam uma importante taça nacional nos Sub-19.

O Clube União Sportiva está de parabéns, o desporto dos Açores está de parabéns e nós Região Autónoma dos Açores ficamos com um palmarés desportivo mais rico.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos títulos alcançados no **Campeonato Nacional da Classe Access 2016, por atletas do Clube Naval da Horta.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional da Classe Access
por atletas do Clube Naval da Horta**

Nos passados dias 24, 25 e 26 de junho realizou-se em Viana do Castelo, o Campeonato Nacional da Classe Access com organização do clube de vela da cidade.

Na prova participou o Clube Naval da Horta com a presença de três atletas, sendo que dois deles alcançaram o pódio numa competição onde estiveram clubes da Madeira e do Continente Português.

Rui Dowling foi o grande vencedor na Classe Access 2.3, tornando-se assim campeão nacional.

Já Lício Silva sagrou-se vice-campeão, ficando em segundo lugar atrás do seu colega faialense, assegurando assim o título já alcançado no ano passado no mesmo campeonato.

Uma referência ainda à participação de Libério Santos que terminou em 10.º lugar depois de ter tido vários contratempos técnicos.

Estes resultados não são uma surpresa, uma vez que já nos últimos anos os atletas tinham conseguido resultados que em muito prestigiaram o clube que representam bem como a ilha que os acolhe. Era já visível que o trabalho desenvolvido permitiria uma melhoria efetiva nos resultados alcançados.

A consagração destes atletas, que fizeram das suas limitações a sua maior força, merece de todos um sentimento de reconhecimento. Reconhecer o esforço que colocam diariamente quando se preparam para estas provas, a força de vontade que demonstram e o orgulho que dão a todos os açorianos quando atingem os seus objetivos.

O Clube Naval da Horta, que há alguns anos desenvolve esta modalidade

em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) no âmbito do projeto Vela para Todos, assume-se assim não só como um clube de formação e competição, mas também atento à realidade que o envolve e sempre de portas abertas para quem se interessa por estas atividades marítimas.

Rui Dowling, Lício Silva e Libério Santos são por outro lado rostos da ação da APADIF, demonstrando de uma forma clara que todos temos a oportunidade de concretizar os nossos sonhos, com ou sem limitações.

Uma palavra final, a quem lida de perto com estes atletas, nomeadamente os seus treinadores, João Duarte e Nilson Fialho, que apostam num trabalho sério e adequado às necessidades dos atletas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos títulos alcançados no Campeonato Nacional da Classe Access por atletas do Clube Naval da Horta.

Mais propõe que deste Voto seja dado conhecimento ao Clube Naval da Horta, à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial e aos atletas Rui Dowling, Lício Silva e Libério Santos.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 13 de julho de 2016

Os Deputados, Lúcio Rodrigues, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação, também refere-se às **conquistas na Classe Access 2016 por parte do Clube Naval da Horta.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires do PCP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Em 2011 uma parceria estabelecida entre a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) e o Clube Naval da Horta (CNH) deu início ao Projeto “Vela para Todos – Faial sem Limites” que tinha como objetivo introduzir no Faial e nos Açores a vela adaptada.

O primeiro passo que essa parceria teria que dar seria a de encontrar as formas de adquirir os equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade. Foi por isso feito um apelo à Academia do Bacalhau do Faial, que, respondendo positivamente, dedicou um ano da sua atividade a juntar os meios necessários à aquisição de uma embarcação Access 303 a que foi dado o nome de “Bacalhau”. Por seu turno a Câmara Municipal da Horta possibilitou a aquisição de uma embarcação Access 2.3, a que foi dado o nome de “Cidade da Horta” e contribuiu fortemente na aquisição de um segundo Access 2.3. Um conjunto de cidadãos disponibilizou a quantia suficiente para aquisição do terceiro Access 2.3.

A culminar este processo de constituição de uma pequena frota de barcos de vela adaptada a Fundação EDP atribuiu o primeiro lugar a uma candidatura do Projeto “Vela para Todos – Faial sem Limites” num concurso que promoveu, traduzindo-se essa classificação na oferta do segundo Access 303 que se chama “EDP”. De referir ainda que a Empresa ANA, EP cedeu, logo no início do projeto um semirrígido para barco de apoio.

A parceria entre a APADIF e o CNH definiu, desde o início, a orientação a dar ao Projeto, ficando claro que teria, em simultâneo, duas vertentes: uma vertente ocupacional e uma vertente de competição.

A vertente ocupacional, desenvolvida em parceria com o Instituto de Segurança Social dos Açores, através da Divisão de Ação Social da Horta, que, dispensando dois técnicos num horário pré-estabelecido, possibilita que portadores de multideficiência, utentes da APADIF, do CAO da Santa Casa da Misericórdia e alunos da UNECA da EBI da Horta, possam usufruir, ao longo do ano, da utilização, devidamente orientada, de todos estes recursos.

A vertente de competição destinada a atletas com mobilidade reduzida é desenvolvida, de forma integrada, na Secção de Vela Ligeira do CNH, com treinos e provas durante todo o ano. Dispondo atualmente de dois núcleos de competição, os Access 303 e 2.1 participam em todas as provas locais organizadas pelo CNH durante o ano, participam no Festival Internacional de Vela Ligeira da Semana do Mar e desde 2013 uma equipa de três velejadores do CNH participa no Campeonato Nacional da Classe Access. Acresce que o CNH tem hoje a sua Escola de Vela certificada, para vela adaptada, pela Federação Portuguesa de Vela.

O Projeto “Vela para Todos – Faial sem Limites” está consolidado, presta um bom serviço à comunidade e forma velejadores de topo nesta classe de barcos de vela.

Nos passados dias 24, 25 e 26 do mês de junho, realizou-se em Viana do Castelo o Campeonato Nacional da Classe Access de 2016, tendo o Clube Naval da Horta participado com uma equipe de 3 velejadores – Libério Santos, Lício Silva e Rui Dowling – o Treinador Dr. João de Freitas Duarte e dois Assistentes – Nuno Brum e Diogo Picanço Nunes.

Os velejadores de Access do CNH que participaram neste Campeonato Nacional constituem um grupo de acentuada e uniforme qualidade, sendo que, neste Campeonato Nacional, Libério Santos, viu o seu barco afetado por graves problemas técnicos, tendo partido o mastro no primeiro dia de regatas, o que afetou seriamente a classificação final. Entretanto, Rui Dowling e Lício Silva, conseguindo fazer uma prestação de grande qualidade e grande regularidade, asseguraram os títulos de Campeão Nacional 2016 – Rui Dowling e Vice – Campeão Nacional 2016 – Lício Silva que já tinha obtido essa posição em 2015.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o velejador Campeão Nacional 2016 em Access 2.3, Rui Dowling, o velejador Vice-Campeão Nacional 2016 Lício Silva e todos os restantes elementos da equipe do Clube Naval da Horta que participou no Campeonato Nacional da Classe Access realizado em Viana do Castelo.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores delibera ainda que este Voto seja enviado a todos os membros da equipe participante, ao Clube Naval da Horta, à APADIF, à Divisão de Ação

Social da Horta do ISSA, à Direção do Serviço de Desporto do Faial, à Câmara Municipal da Horta e aos Meios de Comunicação Social.

O Deputado do PCP Açores, Aníbal Pires

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já agora à Academia do Bacalhau!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos **50 anos da freguesia da Ribeira Chã.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos da Freguesia da Ribeira Chã

Em território, é a freguesia rural mais pequena da Região Autónoma dos Açores, com 2,5 quilómetros quadrados.

Em população, é uma das seis freguesias mais pequenas da ilha de São Miguel, com 396 habitantes registados no censo de 2011.

Mas, para o Parlamento dos Açores, tem a mesma dignidade de qualquer uma das 156 freguesias dos 19 concelhos das 9 ilhas.

Por isso, associamo-nos agora à comemoração do 50.º aniversário da sua elevação à categoria de Freguesia.

Chama-se Ribeira Chã, foi desanexada da vila de Água de Pau, pertence ao Município da Lagoa e faz fronteira com o concelho de Vila Franca do Campo.

A sua história remonta ao século XVI, quando surgem as primeiras habitações neste vale da costa sul de São Miguel.

A definição do aglomerado populacional no século XVII, a primitiva Ermida de S. José no século XVIII, a criação da instrução primária no século XIX são marcos de um percurso que se afirma na primeira metade do século XX com a elevação a curato, a construção do cemitério, a inauguração da escola, a nova estrada de acesso.

É neste contexto que se regista a criação da Freguesia da Ribeira Chã, por decreto de 18 de maio de 1966.

A elevação do lugar a Freguesia e do curato a Paróquia fica desde sempre e para sempre associada, especialmente, ao dinamismo do padre jorgense João Caetano Flores, que aqui chegou em 1956 e aqui permaneceu até falecer em 1998.

Se a ele devemos um impulso inicial e um contributo duradouro, é à sua população que ficamos a dever o progressivo desenvolvimento de uma comunidade local sucessivamente liderada por seis presidentes da Junta de Freguesia: José Lourenço, Eduardo Sousa, Germano Couto, João Galelo, Albertina Oliveira e, atualmente, Vitória da Silva Couto.

Meio século volvido e comemorado sobre a data de fundação da Freguesia da Ribeira Chã, serve a efeméride para homenagear a população.

Mas serve também como pretexto adequado para celebrar o Poder Local e para salientar a importância das mais pequenas freguesias açorianas (ainda com menos população que a própria Ribeira Chã) que raramente são referidas no Parlamento dos Açores: Lomba de S. Pedro, Faial da Terra, Santana, Santo António e S. Pedro Nordestinho, Serreta, Quatro Ribeiras, Norte Pequeno, Manadas, Calheta do Nesquim e Ribeirinha, Santo Amaro, Praia do Norte, Fajã Grande, Fajãzinha, Fazenda, Lajedo, Lomba e Mosteiro, Caveira, Cedros e Ponta Delgada das Flores.

Nos 50 anos da Freguesia da Ribeira Chã, aqui fica o nosso reconhecimento pela grandeza dos mais pequenos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da criação da Freguesia da Ribeira Chã**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Junta e Assembleia da respetiva Freguesia e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa, bem como à Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia e José Andrade

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Cecília Pavão tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se com muito gosto ao Voto de Congratulação aqui apresentado pelo PSD referente ao meio século de

vida da freguesia da Ribeira Chã, concelho de Lagoa e muito próxima do concelho de Vila França do Campo.

A Ribeira Chã é de facto um belíssimo exemplo de que uma pequena freguesia em número de habitantes pode ser grande em vontade e determinação. Tem um grande dinamismo cultural, sentido de comunidade e congrega várias entidades que se prezam em trabalhar para o bem comum.

Realçamos aqui o seu museu com valências de arte sacra, etnografia, exposições sobre agricultura, cultura do pastel, vinho, entre outros.

A efeméride foi justamente celebrada no centro de catequese e cultura o que dá bem nota do sentido e da alma desta pequena freguesia. Os nossos parabéns!

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao **1.º lugar europeu conquistado pelos Açores na competição CanSat 2016.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO CONGRATULAÇÃO

Criada em 2002, a Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA) constituiu-se como centro de formação, ao tempo dedicado à área laboratorial, da engenharia e da qualidade alimentar. Os sócios fundadores, que ainda se mantêm, são: a Região Autónoma dos Açores, o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA), o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (INETI), a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a EDA – Eletricidade dos Açores, a Cimentação – Cimentos dos Açores e a Fábrica de Tabaco Micaelense. A partir de 2004, para além da área alimentar, a ENTA abrangeu outras dimensões de formação, como informática e gestão de redes informáticas, eletricidade e eletrónica, qualidade, ambiente, segurança e automação industrial. Em 2006, a ENTA foi certificada na qualidade pela APCER e é uma Academia Internacional CISCO, que promove os formandos com uma certificação reconhecida internacionalmente. Desde esta data, a ENTA dá também formação à distância com recursos próprios. Este ano de 2016 a ENTA tem uma população de 260 alunos em cursos de 2 ou 3 anos.

Depois de terem conquistado o 1.º lugar do concurso nacional CanSat 2016 realizado em Torres Vedras no passado mês de Abril, a equipa da ENTA que representou Portugal no concurso europeu CanSat 2016, voltou a ganhar o 1.º lugar nesta competição europeia.

O CanSat é uma miniatura «satélite», concebido para caber no volume e forma de uma lata de refrigerante. Os componentes devem estar totalmente operacionais e devem incluir todos os subsistemas principais encontrados num satélite, como a energia, os sensores e um sistema de

comunicações. O CanSat é então lançado até a uma altitude superior a 1000 metros por um foguete e sua missão começa. Realiza uma experiência científica e deve aterrar em segurança e ser localizável através de coordenadas geográficas por controlo remoto.

Entre 22 a 26 de junho passado, realizaram-se diversas provas em Torres Vedras deste concurso Europeu CanSat 2016, em que participaram uma centena de estudantes do ensino de nível secundário e seus professores coordenadores, representando 14 equipas de 14 diferentes estados membros da ESA (Alemanha, Checoslováquia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido e Roménia). No culminar desta longa e árdua jornada, para este mundo escolar da exploração espacial, a equipa da ENTA (ENTA Sat2) ganhou o 1.º prémio desta competição, atribuído por unanimidade por um júri europeu. Esta avaliação da equipa da ENTA valorizou uma cápsula inovadora projetada para segurar os componentes eletrónicos do CanSat, a mitigação do impacto no solo, otimizado e melhorado, a criação de um painel monitor e de registo, bem como o estudo da irradiação de luz solar através do potencial fotovoltaico obtido pela integração de sensores de luz.

Em 2016, os Açores através da equipa da ENTA averbam, assim, mais duas vitórias (nacional e europeia) neste concurso, depois de em 2012, 2013 e 2015 a Escola Básica e Secundária de Santa Maria ter ganho a competição nacional, e, em 2012 e 2013 ter obtido o 3.º e o 1.º prémio, respetivamente, a nível europeu. Desde 2010 que o Departamento de Educação da ESA convida os alunos de nível secundário a participar no CanSat como competição europeia. Esta iniciativa da ESA procura inspirar os jovens a seguir uma carreira nos campos da ciência,

tecnologia, engenharia e matemática, com o objetivo final de garantir a disponibilidade de uma força de trabalho altamente qualificada na indústria espacial do futuro. Daqui resulta também a importância deste projeto para a Região Autónoma dos Açores, em particular, pela possibilidade de serem criadas novas metodologias de ensino, designadamente, na resolução de problemas em contexto colaborativo e não-formal, como se proporciona no projeto educativo CanSat, ou ainda, na possibilidade desta iniciativa se estender e ser ampliada no ensino universitário açoriano, como já acontece em alguns países. A instalação em Santa Maria da Estação da Agência Espacial Europeia (ESA) promove, deste modo, a criação de um verdadeiro cluster espacial com impactos regionais positivos multivariados.

Ao sucesso deste projeto CanSat europeu 2016 ficam associados os alunos, João Chrystello, João Farias, Leandro Ponte e Ricardo Sousa, os Professores Coordenadores Duarte Cota, Paulo Martinho e André Rodrigues, bem como a Escola ENTA, na pessoa do seu Diretor, Dr. João Lima e o Governo dos Açores que apoiou as equipas concorrentes ao CanSat no quadro da promoção e divulgação científica e tecnológica e do ensino experimental das ciências na Região.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um Voto de Congratulação pelo primeiro lugar europeu da equipa Açoriana ENTA SAT2 da Escola de Novas Tecnologias das Açores, que representou Portugal na competição europeia CanSat 2016.

Mais se propõe que deste voto, seja dado conhecimento a todas as escolas secundárias e profissionais dos Açores, à equipa da ENTA e à Direção desta escola, bem como aos respetivos professores coordenadores.

Horta, sala das sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, José Contente, Duarte Moreira, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa e Bárbara Chaves

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação que felicita a Escola das Novas Tecnologias dos Açores pelo seu triunfo no concurso europeu CanSat 2016.

O sucesso de qualquer instituição dos Açores e por razões acrescidas de uma escola do nosso Sistema educativo regional é sempre motivo de satisfação.

No caso de uma escola pela possibilidade que tal sucesso faculta ao desenvolvimento de novas metodologias de ensino, a fatores acrescidos de motivação para os alunos, sobretudo pelas oportunidades que propicia para fomentar novas, mais amplas e diversificadas oportunidades de aprendizagem.

Naturalmente que tudo isto pode e deve ser um contributo que nós esperamos que assim seja para promover a redução do insucesso escolar que infelizmente continua a marcar a realidade educativa nos Açores.

Felicitemos a Escola das Novas Tecnologias, os alunos envolvidos neste projeto, os seus professores e naturalmente os órgãos de direção daquela escola.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos **25 anos do Coro PACTIS.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º Aniversário do Coro PACTIS

Responsável pelo Coro LAETITIA, fundado pelo Padre Costa Freitas para animar a eucaristia dominical dedicada às crianças da Matriz da Praia da Vitória, Fátima Gonçalves trabalhava o canto com diferentes vozes, despertando o gosto por esta área em algumas pré-adolescentes que se destacavam das restantes crianças quer pela idade, quer pela vontade de continuar a aprofundar o trabalho iniciado.

Formou-se, então, um grupo de trabalho que, dada a necessidade de intensificar os ensaios e a impossibilidade de o fazer na igreja passou a ensaiar na casa da sua responsável.

A 23 de junho de 1991 surge o primeiro convite para acompanhar uma cerimónia nupcial, nascendo, assim, este emblemático coro da ilha Terceira, composto exclusivamente por meninas, o Coro PACTIS, acrónimo dos nomes das jovens que o compunham.

Vocacionado para o coro *à capella*, música vocal sem acompanhamento instrumental com origem no canto gregoriano, as vozes cristalinas das suas componentes, cedo ultrapassaram os limites geográficos da ilha Terceira, recebendo convites para atuações no continente português e no estrangeiro.

Em 2003, lança-se em novos desafios, experimentando diferentes registos musicais e outras formas de expressão corporal, estreando, na segunda parte do “I Recital do PACTIS” uma seleção de algumas das melhores canções do musical “CATS” de Andrew Lloyd Webber.

O êxito deste espetáculo foi determinante para que o Coro PACTIS se abalançasse para outros registos, estreando-se na música pop, dois anos depois, no “II Recital do PACTIS”, com a interpretação dos maiores êxitos do grupo sueco ABBA, contando para isso com a participação de vozes masculinas e instrumentos musicais.

Em 2006, no seu III Recital, avança com uma nova energia e uma forma de apresentação mais arrojada no espetáculo “PACTIS & Rock ‘n’ Roll” com êxitos dos anos 50.

O sucesso garantido, materializado em casas sempre esgotadas em todos os seus espetáculos, permite-lhe diversificar o seu trabalho. Assim, em 2008 apresentou o IV Recital inteiramente dedicado ao fado; em 2011, no

V Recital, homenageou os “100 anos de música da Broadway”, em 2013 interpretou espirituais negros tradicionais e standards do Jazz e, já este ano, por altura das comemorações das suas Bodas de Prata, homenageou Rui Veloso no espetáculo “Não há estrelas no céu”.

Participou no CD editado pela ACERT, Associação Cultural e Recreativa de Tondela, em 1996 e gravou o seu próprio CD. Participou em vários documentários da RTP – Açores, bem como no projeto “Os melhores Coros Amadores da Região, da Public – Art Editora” no ano de 1999, participou, também, no espetáculo da Filarmónica União Praise dedicada à banda rock britânica dos anos 60 “The Beatles” e no espetáculo da OSIT, Orquestra de Sopros da Ilha Terceira, dedicado à música dos Queen. Em 2012, participou na peça “Sonho de uma noite de verão” de William Shakespeare levada à cena pelo Alpendre Grupo de Teatro.

O grau de dificuldade e exigência, sempre crescente, permitiu-lhe atingir um patamar de qualidade reconhecido por todos quantos aos seus espetáculos assistem e que foi distinguido, no ano 2000, pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, com a medalha de valor cultural.

Em maio de 2001 tornou-se membro da Federação Europeia para Coros de Jovens, Europa Cantat e constituiu-se como associação em 2009, com a denominação de “Associação PACTIS para o Canto Livre”.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores felicita o Coro PACTIS e todas quantas lhe deram corpo, bem como todas e todos quantos com ele colaboraram ao longo destes 25 anos, muito especialmente a sua fundadora e maestra até à presente data, Fátima Gonçalves e a sua presidente Filomena Gonçalves, desejando muitos sucessos e uma longa existência, em prol da música nos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º Aniversário do Coro PACTIS, e que do mesmo seja dado conhecimento à sua fundadora e à “Associação PACTIS para o Canto Livre”.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Judite Parreira, Luís Garcia e Bruno Belo

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Uma breve intervenção para em nome do Grupo Parlamentar do PS nos associarmos a este voto, saudar a Sra. Deputada Judite Parreira por ter trazido aqui este voto e saudar também o trabalho que a Sra. Fátima tem desenvolvido ao longo dos últimos 25 anos, não só no ensino ou na promoção, digamos assim, do canto, mas em toda a pedagogia e promoção cultural que tem associado ao funcionamento e ao crescimento do Coro PACTIS que tantos e tantos bons momentos tem proporcionado a quem assiste aos seus espetáculos.

Portanto, em nome do Grupo Parlamentar do PS associamo-nos a este voto, endereçando as maiores felicidades e felicitações à Sra. Fátima e a todos aqueles que fazem parte da composição atual do Coro PACTIS e a todas aquelas que ao longo dos últimos 25 anos também contribuíram com o seu canto para o engrandecimento e sucesso do Coro PACTIS.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelos **25 anos do Clube Automóvel do Faial.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 anos do Clube Automóvel do Faial

A 11 de junho de 1991 foi constituído oficialmente o Clube Automóvel do Faial.

Paulo Raposo, Roberto Ponte, Fernando Nascimento, Jorge Silva, Bento Leonardo, Carlos Morais, José Fontes, Armando Castro, Eugénio Leal, Hildeberto Luís, João Peixoto, Manuel José Lemos e João Morais foram as treze figuras que deram o arranque a este clube que se dedica à promoção do desporto motorizado na ilha do Faial.

Ao longo destes 25 anos de atividades, tem cumprido a missão a que se propôs de “propiciar a promoção do desporto automóvel na ilha do Faial,

em particular, mas com abrangência regional”.

O Clube Automóvel do Faial desenvolve, entre as suas atividades, a realização de ralis, mas também tem procurado divulgar outras secções como Todo o Terreno, Clássicos e Arranques.

Mas a verdade é que tem sido com os ralis, sobretudo com o Ilha Azul, que o CAF tem dado mais provas da sua capacidade organizativa, sendo esta a sua prova rainha. O Clube foi criado quando o Rali Ilha Azul já ia para a sua terceira edição, mas a partir da sua constituição tomou o comando desta prova, tendo desde essa altura desenvolvido um trabalho de sucesso, numa procura constante pela inovação e na atração de pilotos, quer sejam os naturais do Faial quer sejam outros que vêm do exterior.

Atualmente a diversidade de eventos organizados aumentou, mas os objetivos primeiros mantêm-se.

O Clube Automóvel do Faial consegue assim dar um contributo à ilha do Faial não só com a realização de eventos, mas também como agente que apoia a dinamização do tecido local e regional aquando da realização dos mesmos. Cada vez é mais indiscutível que provas como os ralis são importantes geradores de receitas nas diferentes ilhas dos Açores.

Neste momento, em que se celebram as Bodas de Prata deste clube, é altura de homenagear todos aqueles que se envolveram ao longo destes 25 anos com o CAF porque uma das marcas deste clube tem sido sempre o voluntariado. Não só das suas equipas diretivas, mas também por todos aqueles que se envolvem nas provas e que são sempre na ordem das dezenas.

Comemorar os 25 anos deste clube é também ocasião para desejar que este se mantenha por muitos e longos anos com atividade regular. E a verdade é que nesta celebração, o CAF teve oportunidade de inaugurar a

sua sede, no Centro Associativo Manuel Arriaga, depois de esta ter sido alvo de uma remodelação. Desta forma, garante-se melhores condições aos sócios do clube, aos pilotos e a todos os simpatizantes dos desportos motorizados.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos do Clube Automóvel do Faial.

Mais propõe que deste Voto seja dado conhecimento ao Clube Automóvel do Faial e à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Disse.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 13 de julho de 2016

Os Deputados, Lúcio Rodrigues, Berto Messias, Miguel Costa e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere ao **25.º Aniversário do Clube Automóvel do Faial.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º Aniversário do Clube Automóvel do Faial

Fundado em 1991, o Clube Automóvel do Faial (CAF) comemorou, no passado dia 11 de junho, vinte e cinco anos de vida.

O CAF tem como principal finalidade a promoção de todos os desportos motorizados na ilha do Faial e no contexto regional.

Nestas duas décadas e meia, o clube alargou a abrangência dos seus eventos, passando da organização apenas de uma prova automobilística por época (Rali Ilha Azul) para a organização regular de diversas provas, nomeadamente, o Rali do Faial, o Rali do Canal, o Faial Motor Show e ainda provas de Todo o Terreno, de Clássicos e de Arranques.

O contributo do Clube Automóvel do Faial vai muito para além do campo desportivo, pois com as provas e eventos que organiza dá também um contributo para a dinamização económica do Faial e dos Açores.

Por ocasião dos festejos das suas Bodas de Prata foi inaugurada a nova sede, na Rua Cônsul Dabney, que reabriu depois da realização de obras de remodelação. O espaço, agora inaugurado, no Centro Associativo Manuel de Arriaga, veio oferecer melhores condições aos sócios, aos pilotos e a todos os simpatizantes do desporto motorizado da ilha.

Vinte e cinco anos de existência significam muita vontade e determinação por parte de todos aqueles que trabalharam e trabalham em prol deste Clube. Assim, nas pessoas dos seus presidentes de Direção - Paulo Jorge Raposo, Jorge Dart, João Candeias, Luís Macedo, Carlos Morais, Renato

Leal e Bento Leonardo (atual presidente da Direção) – homenageamos e enalteçamos todos os que fazem ou já fizeram parte dos seus órgãos sociais e todos os sócios, simpatizantes e colaboradores que contribuem e contribuíram para o seu desenvolvimento.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube Automóvel do Faial, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio Clube.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia e Jorge Costa Pereira

Deputados Bruno Belo e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao **Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pela conquista da Taça de Portugal Feminina de Ténis de Mesa.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pela conquista da Taça de Portugal Feminina de Ténis de Mesa

O passado dia 12 de junho foi um dia de alegria e júbilo para a Praia da Vitória em particular, e para o arquipélago dos Açores de uma forma geral, porque uma vez mais a nossa bandeira foi erguida bem alto pelas “meninas” do Juncal.

Ao conquistar a Taça de Portugal Feminina de Ténis de Mesa, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal fez história, já que é a primeira vez que uma equipa açoriana conquista este prestigiado troféu.

A final da prova decorreu no Centro de Alto Rendimento em Vila Nova de Gaia colocando frente a frente Juncal e Toledos da ilha do Pico, o que, por si só, é motivo de orgulho redobrado, por termos duas equipas açorianas na final de uma prova desta importância.

O Ténis de Mesa do Juncal há muito que nos habituou a momentos de alegria como este, fruto do trabalho exemplar, da entrega e do espírito de sacrifício dos seus atletas, técnicos e dirigentes. A conquista desta taça é o culminar de uma excelente prestação que vem sendo demonstrada ao longo dos anos.

“*Pelo sonho é que vamos*” escreveu, um dia, Sebastião da Gama. Os homens e as mulheres do Juncal sonharam e acreditaram que era possível levar o nome da sua localidade, do concelho da Praia da Vitória, da Terceira e dos Açores para além dos limites geográficos da região. Exerceram com responsabilidade o seu dever de cidadania e de envolvimento nos destinos da agremiação e contribuíram para o seu

prestígio. Fundado em 2002, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, empenhou-se em realizar um trabalho de rigor e excelência digno de relevo, tornando-se já uma referência e um exemplo a ter em conta.

A contínua aposta na formação tem-se revelado de grande eficácia, colocando os atletas desta coletividade em lugares de destaque, arrecadando taças e medalhas nas competições em que participam e sendo chamados a representar a seleção nacional.

O PSD/Açores congratula-se com mais este êxito alcançado pela equipa feminina de Ténis de Mesa do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, porque os sucessos das nossas coletividades e dos nossos atletas são sempre motivo de orgulho, regozijo e honra para os Açores e para todos os Açorianos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pela conquista da Taça de Portugal Feminina de Ténis de Mesa pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e que do mesmo seja dado conhecimento formal ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira e à Federação de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Judite Parreira, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também apresentado pelo PSD, refere-se aos **50 anos das festas de Santo Cristo no Canadá.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos das Festas do Santo Cristo no Canadá

O Canadá é um dos destinos mais recentes e, mesmo assim, mais representativos da diáspora açoriana.

Com os nossos primeiros emigrantes oficiais de 1953, embarcou também no “Satúrnia” o culto açoriano do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Este culto tinha sido exteriorizado nos Açores com a primeira procissão de Ponta Delgada em 1700 e chegara entretanto aos Estados Unidos da América e ao Brasil.

Primeiro, cruzou o Atlântico e atravessou a América, com a paróquia do Santo Cristo de Fall River criada em 1892 na Nova Inglaterra e com a festa do Santo Cristo de Oakland iniciada em 1907 na Califórnia.

Depois, desceu a terras brasileiras para instituir a Paróquia do Senhor Santo Cristo, em 1911, no Rio de Janeiro.

Finalmente chegou ao Canadá, exatamente há 50 anos.

O culto exterior do Senhor Santo Cristo está hoje implantado, designadamente, em Brampton e Ottawa, na província do Ontário; em Winnipeg, na província de Manitoba; e em Edmonton, na província de Alberta.

Mas foi nas grandes cidades de Toronto e Montreal que se iniciou em 1966.

Em Toronto, a maior comunidade açoriana do Canadá festeja o Senhor Santo Cristo dos Milagres, na paróquia portuguesa de Santa Maria, com uma réplica da Imagem do Santuário da Esperança oferecida pelo emigrante ribeira-grandense Mariano Rego.

Mobiliza dezenas de milhares de açorianos durante uma semana de maio, especialmente no sábado, com a mudança da Imagem e o arraial popular, e no domingo, com a missa campal e a grandiosa procissão – uma procissão que integra as instituições comunitárias, como a Associação do Senhor Santo Cristo, e as cinco filarmónicas portuguesas, como a Banda do Santo Cristo de Toronto, a mais antiga da comunidade, também ela a merecer esta palavra de congratulação do Parlamento dos Açores porque fundada em 1966.

Em Montreal, é igualmente no mês de maio que a paróquia portuguesa de Santa Cruz celebra o Senhor Santo Cristo dos Milagres com a maior manifestação religiosa da província francófona do Québec.

Desde o tríduo preparatório até à segunda-feira do feriado nacional do Canadá, o fim-de-semana festivo reúne milhares de açorianos com a mudança da Imagem, o arraial popular, a missa solene e a procissão participada pelas quatro filarmónicas portuguesas locais.

As “bodas de ouro” da festa maior dos açorianos do Québec ficaram agora assinaladas com a inauguração da nova Capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres na Missão de Santa Cruz em Montreal.

As festas do Senhor Santo Cristo na grande nação canadiana testemunham e dignificam a identidade açoriana além-fronteiras.

A comemoração do seu 50.º aniversário nas importantes cidades de Toronto e Montreal traduz a sua persistência e atesta a sua dimensão.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelo cinquentenário das pioneiras festas luso-canadianas do Senhor Santo Cristo dos Milagres nas cidades de Toronto e Montreal**, do qual deve ser dado conhecimento formal às respetivas paróquias de Santa Maria e de Santa Cruz.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada parlamentar do PS deseja associar-se a este voto que faz um registo pormenorizado do que tem sido, como nasceram e do que tem sido as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres na América do Norte, em especial no Canadá.

Queríamos salientar que sem dúvida uma das vivências que os açorianos transportam consigo sempre pelas necessidades da sua vida têm de procurar outras paragens para viver, é a sua forma peculiar e característica de viverem a sua fé.

É por isso que as nossas comunidades de emigrantes por todo o mundo e em especial na América do Norte, dão uma enorme relevância à celebração dos cultos típicos da nossa religiosidade popular, como acontece com as Grandes Festas do Espírito Santo na Nova Inglaterra e muitas outras como as festas aqui referidas do Senhor Santo Cristo no Canadá, particularmente nalgumas províncias do Canadá e em cidades bastante conhecidas como Toronto, Brampton, Ottawa, etc.

É importante referir que estas festas começaram no Canadá mais recentemente (e isto foi uma consequência do surto de emigração para o Canadá ser também o mais recente e ter pouco mais de 50 anos) e sempre que os açorianos saíram, como foi referido. Foi assim no séc. XIX quando as Festas do Santo Cristo chegaram a Fall River, foi assim no séc. XX quando chegaram à Califórnia e ao Rio de Janeiro, mais tarde ao Canadá e será sempre assim, o que traduz a grande luta, a grande perseverança que os açorianos têm na sua terra natal e fora da sua terra natal, pela defesa dos seus valores, neste caso pela defesa dos valores da sua religiosidade popular e isso imprime aos açorianos uma força, um carácter que os ajuda muito na sua vida e a construir as comunidades onde se inserem.

Daí as nossas saudações a todos aqueles que se têm empenhado nessas festas, nomeadamente neste caso a estas festas do Senhor Santo Cristo no Canadá, daí a associação do Grupo Parlamentar do PS a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação pelo **100.º Aniversário das Juntas de Freguesia**.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

100.º Aniversário das Juntas de Freguesia

Em 23 de junho de 1916, há exatamente 100 anos, foi publicada, em “Diário do Governo”, a Lei 621 que alterou a designação das então paróquias civis em freguesias.

Os primórdios das freguesias surgem por volta do século V. Com a expansão do cristianismo foram-se multiplicando as paróquias nos meios mais rurais. É essa a origem das freguesias.

Pelo Decreto de 26 de novembro de 1830, são criadas as “juntas de paróquia”, para administrar o território e os bens da paróquia, ficando definido que é esse órgão que terá de assegurar o ‘bom regimento e polícia dos povos’. A “junta de paróquia”, cujo líder era eleito pelos

chefes de família, podia promover e administrar todos os negócios que fossem de interesse puramente local.

Com o Código Administrativo de 31 de dezembro de 1878, as freguesias passam a integrar a organização administrativa do Estado. A partir daqui, as freguesias passaram a ter outras competências, tais como a construção de cemitérios, a gestão de caminhos e até mesmo a de lançar impostos.

É então com a Lei 621, de 23 de junho de 1916, que as paróquias civis passam a ter a denominação oficial de freguesias, designando-se por «Junta de Freguesia» o corpo administrativo até agora denominado “junta de paróquia”.

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa, consagrou à freguesia o estatuto de autarquia local. Passou então a estar definido em Lei que “as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

O Poder Local Democrático fica assim instituído como elemento autónomo da estrutura do Poder Político, sendo os seus representantes eleitos em eleições livres e diretas.

A afirmação do Poder Local Democrático em Portugal foi, pois, uma das grandes conquistas do pós 25 de abril de 1974.

O regime democrático que também nos Açores se instalou desde 1976, trouxe com ele, a melhor via para aqui nos Açores nos podermos desenvolver mais rapidamente e criarmos melhores níveis de vida e de satisfação das nossas populações, vencendo dificuldades ancestrais.

Neste trabalho, de progresso e desenvolvimento realizado nos últimos 40 anos nos Açores e que conferiu aos açorianos um enorme salto qualitativo nos padrões de vida, estiveram aturadamente empenhados os vários

Governos Regionais, mas também, e muito especialmente, o Poder Local regional. Os milhares e milhares de homens e mulheres, que investidos na função de autarcas, nos municípios e nas freguesias, muito contribuíram para o progresso e desenvolvimento das nossas Terras e para a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes, realizando todos os dias junto das populações o que poderemos designar por “Democracia prática”.

As sucessivas revisões da Constituição, desde 1976, acompanhadas pelas Leis que lhes sucederam, foram vincando e consolidando, de forma muito clara, o quadro legal e a autonomia própria de cada um dos níveis do Poder Local, os órgãos do Município e os órgãos de Freguesia.

Esta evolução legislativa, foi sempre no sentido de descentralizar, cada vez mais, o Poder, nas autarquias Locais, e dentro destas, mais nas Freguesias.

Precisamente porque é neste nível de Poder que a resolução dos problemas reais das pessoas e das sociedades se pode processar de forma mais célere e eficaz.

Porém, ao quadro legal de competências de cada nível de Poder, tem de sobrepor-se a vontade política, o espírito de cooperação, a parceria, como estratégia de resolução dos problemas, a solidariedade institucional e o princípio da subsidiariedade.

Os princípios da solidariedade e da subsidiariedade não podem ser apenas retórica política, têm de chegar às Freguesias. Ao nível de Poder mais frágil, ao Poder mais pobre do sistema político, mas o mais procurado, o mais valorizado e o que ainda mantém o mais elevado grau de credibilidade junto dos cidadãos.

É à porta do autarca de Freguesia que chegam diariamente todo o tipo de problemas.

Hoje, os autarcas de freguesia estão cada vez mais confrontados com a resolução de problemas reais das pessoas e das famílias, muitos deles relacionados com o desemprego ou com aspetos sociais de índole variada. Neste novo quadro de exigências sociais, e sendo as Freguesias o poder mais próximo e, porventura, o mais vocacionado para a resolução mais imediata e eficaz de muitos destes problemas, terá de encontrar-se um quadro legal ajustado e uma relação institucional solidária e subsidiária entre os vários níveis de Poder que permita facultar às Freguesias um maior grau de intervenção e uma maior capacidade para a resolução dos problemas reais das pessoas e das famílias. Sempre em íntimo respeito pelo princípio fundamental o da autonomia dos órgãos de Poder Local.

Para que as freguesias possam cumprir com os novos desafios das políticas de proximidade estas terão de ser dotadas dos necessários recursos.

Os eleitos locais, em particular os autarcas de freguesia, têm de ser dignificados.

Os Poderes Locais regionais têm sido e serão sempre a via mais importante para a correção de assimetrias ao desenvolvimento que na nossa Região se vai verificando, uma via no combate à desertificação que vai acontecendo em muitas das nossas ilhas, Concelhos e Freguesias, e uma via para a promoção da coesão social e territorial que importa realizar nos Açores.

Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove o presente Voto de Saudação relativo ao centenário da Lei 621 que deu origem ao estatuto oficial das freguesias, saudando, reconhecidamente, o trabalho feito de coragem e de

tenacidade, por todos os autarcas, os de hoje e os de outrora, em prol do desenvolvimento das nossas Terras e da melhoria da qualidade de vida das nossas gentes.

Mais propõe que, uma vez aprovado, do voto seja dado conhecimento à Delegação da ANAFRE nos Açores e a todas as Juntas e Assembleias de Freguesia dos Açores.

Disse.

Horta, sala das sessões, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Cláudio Lopes, Luís Garcia e Bruno Belo

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS naturalmente que se associa a esse voto.

O nosso País tem uma forte tradição autárquica, municipalista e obviamente que as juntas de freguesia fazem parte desse poder, do poder local. Ao longo desses 100 anos, o período que esse voto visa aqui celebrar passaram, o que também foi referido, por diversas transformações, desde logo com uma grande exiguidade de meios na primeira República, durante os anos de chumbo do Estado Novo praticamente geriam cemitérios, tapavam buracos, tratavam de iluminação pública, tinham também outras competências muito ligadas a burocracias e a licenças, mas enfim, realmente só depois do 25 de Abril é

que o poder local e particularmente as freguesias passaram também elas a assumir duas características fundamentais: a primeira, sendo instrumentos por uma forte participação cívica das pessoas, milhares, milhares e milhares de açorianos, falando aqui só das freguesias dos Açores, tiveram oportunidade de dar o contributo à sua comunidade e contribuir para o bem comum através de uma participação ativa nos órgãos de poder local nas autarquias e nas freguesias e também esse nível de poder público constitui-se como um fortíssimo fator de desenvolvimento muito reforçado após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, na altura em 1986.

Daí para cá o poder local tem mantido estas duas características, é realmente um espaço de participação de milhares de pessoas, mas é também um fator importantíssimo de desenvolvimento das nossas ilhas, das nossas comunidades.

Ainda mais num país com uma cultura muito centralista como o nosso, felizmente vai sendo ultrapassada e vai sendo reformada, mas não há dúvida nenhuma que as autarquias locais, concretamente as juntas de freguesia, ainda recentemente tiveram mais um ataque através da reforma de 2012 que nós nos Açores conseguimos preservar e o PS esteve, como sabem, na primeira linha de defesa do nosso mapa autárquico, nós fomos contra um ataque às nossas juntas de freguesia através de uma reforma feita “a régua e a esquadro”.

Portanto, nós tivemos na primeira linha da defesa dos nossos autarcas, das nossas juntas de freguesia, independentemente da cor política e também temos procurado, como sabem, apesar da Região ter apenas uma tutela administrativa, eu diria até inspetiva, em relação ao poder local e obviamente em relação também às freguesias, uma vez que a tutela, como

sabem, em termos financeiros e de regime de competências é da Assembleia da República e do Governo da República, sendo o financiamento assegurado e inscrito no Orçamento de Estado, a verdade é que apesar desses condicionalismos nós temos um diploma de cooperação e de colaboração com as câmaras municipais e com as juntas freguesia e também tem sido possível, através desses instrumentos, haver uma parceria que reforça ainda mais o papel de desenvolvimento que estas entidades, que as juntas de freguesia têm e nos Açores isso é por demais reconhecido.

Terminaria com uma palavra de otimismo e de confiança em relação ao futuro, mais agora quando nós voltamos a ter uma maioria na Assembleia da República que respeita a autonomia do poder local, no passado nem sempre foi assim, e também deixando, uma vez mais, uma forte homenagem a todos os açorianos que ao longo destes muitos anos, sobretudo após o 25 de Abril, após eleições democráticas para o poder local, deram o seu contributo no desenvolvimento das suas freguesias, dos seus concelhos, das suas ilhas e da Região Autónoma dos Açores, um grande reconhecimento e um grande agradecimento do Grupo Parlamentar do PS a todos esses milhares de açorianos e de açorianas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de pesar.

O primeiro refere-se ao **Falecimento de Manuel Antunes Castanheira**.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Manuel Antunes Castanheira

Manuel Antunes Castanheira nasceu em Tomar em 1954 e faleceu no dia 13 de junho de 2016 em Moçambique.

Manuel Castanheira foi um empresário notável na ilha das Flores e será sempre reconhecido pelos Florentinos como aquele que muitas vezes e de várias formas tinha sempre a capacidade de ajudar quem precisava.

Muito jovem, com 14 anos, começou a trabalhar na construção civil e aos 18 anos já era encarregado na conhecida empresa A. L. Simões, Lda.

Aos 23 anos, em tempos difíceis, foi enviado para a ilha das Flores como representante e encarregado desta empresa, na empreitada do ponto D da Estação francesa de Telemédidas em Ponta Delgada.

A meio da obra, particularmente difícil, a empresa não consegue concluir a empreitada e Manuel Castanheira vê-se desamparado. Foi então, que por ação e influência do Comandante Carraise, ao tempo comandante da base Francesa nas Flores, a empresa dona da Obra permite que os

trabalhos sejam concluídos por administração direta, com Manuel Castanheira a dirigi-los, confiando na perseverança e estoicismo que já dera provas.

E foi assim que Manuel Castanheira ficou na ilha das Flores, fundando a empresa Castanheira & Soares, Lda que viria a ser, durante largos anos, o maior empregador da ilha, chegando a ter no Arquipélago cerca de 700 trabalhadores e mais de 200 trabalhadores na ilha das Flores.

Manuel Castanheira foi um empreiteiro que trabalhou em todas as ilhas dos Açores sendo um veículo da maior visibilidade da ilha das Flores.

Durante os últimos 30 anos, a empresa foi responsável por uma grande parte das obras sobretudo nas ilhas das Flores, do Corvo, de S. Jorge e em menor escala também no Faial.

Teve uma importante ação para a Ilha das Flores ao nível económico, na medida em que a ação da sua empresa dinamizava outros sectores de atividade. Por outro lado, as frequentes visitas de técnicos de várias áreas, permitiram uma melhoria dos conhecimentos de todos quantos interagiam com a empresa.

Manuel Castanheira foi um homem generoso. Fez bem a muita gente, por vezes anonimamente. Apoiou inúmeras iniciativas culturais e desportivas e fez da ilha das Flores a sua terra, a casa onde quis morar para sempre.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD/A propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Antunes Castanheira, do qual deve ser dado conhecimento à sua família, Assembleia Municipal de Santa Cruz e Assembleia Municipal das Lajes.

Santa Cruz das Flores, 13 de julho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS naturalmente que se associa a este Voto de Pesar.

Manuel Castanheira, como foi referido, começou do nada e com todos os condicionalismos que existiam, contruiu uma empresa que chegou a estar entre as maiores nos Açores, no ramo da construção civil.

Para além do espírito empreendedor que sempre revelou, importa salientar também a sua generosidade e disponibilidade para apoiar todos aqueles a quem a ele recorriam.

Infelizmente com a crise que abalou o setor e a dimensão da empresa, esta foi como muitas outras à falência, com consequências gravosas para a economia da ilha das Flores e para muitas famílias, uma vez que era o maior empregador da ilha.

Porque não era homem de desistir, emigrou, tendo se estabelecido em Moçambique, acompanhado por familiares e muitos colaboradores que desde há anos o acompanharam, país onde inesperadamente veio a falecer no passado dia 13 de junho.

Perdeu-se prematuramente um homem bom.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje é também de pesar, referente ao

Falecimento de João Domingos Pedro Taveira.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de João Domingos Pedro Taveira

Apaixonou-se por uma ilha que não era sua, mas que o acolheu como um filho, em contrapartida este homem, engenheiro Técnico Agrário de profissão, trabalhou mais de metade da sua vida para a transformar num gigantesco jardim.

O Engenheiro João Domingo Pedro Taveira faleceu no passado dia 11 de junho, vítima de doença prolongada, mas deixou um legado fruto da sua atividade profissional, que perdurará pelas gerações vindouras.

Em cada caminho florestal que se percorra ou nas reservas florestais que se visite, na ilha de S. Jorge, está patente a sensibilidade ambiental do Engenheiro Taveira.

Um homem com uma visão de futuro, que há cinco décadas atrás já falava de turismo ambiental, enquanto realizava um profícuo trabalho na abertura de novos caminhos agrícolas em S. Jorge entre muitos outros trabalhos.

Pela diversidade de espécies botânicas que ele implantou no Parque das Sete Fontes e da Silveira, bem como pelo bom gosto no arranjo de

miradouros e recantos, ele possibilitou que nos dias de hoje S. Jorge tenha uma oferta diversificada de espaços de lazer com elevada qualidade.

Natural da Freguesia do Cabouco, ilha de S. Miguel, nasceu a 27 de junho de 1940.

Iniciou a sua carreira profissional na Ilha de S. Jorge em 1962, nos Serviços Florestais, onde permaneceu até se reformar.

Desempenhou funções de direção em diferentes entidades da comunidade local, nomeadamente como provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

Em 2002 recebeu a medalha da prata do Município das Velas, e foi agraciado com a insígnia Autonómica de Dedicção pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 2011.

Recordando quem tanto contribuiu para o desenvolvimento da ilha de S. Jorge, é de toda a justiça que prestemos esta homenagem ao homem e ao pai de família.

Sempre que as centenas de árvores e plantas floresçam nos parques e nas bermas da estrada na ilha de S. Jorge, o nome do engenheiro Taveira manter-se-á vivo na memória dos Jorgenses.

Assim nos termos estatutários e regimentais os deputados abaixo assinados propõem, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação deste Voto de Pesar e que do mesmo seja dado conhecimento formal à sua família, à Assembleia Municipal das Velas e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2015

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Vamos dar início às declarações políticas.

Eram 12 horas e 22 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A atividade política é uma atividade nobre. Um desafio imenso e estimulante para todos os que a abraçam com espírito de missão e a ambição legítima de dar um contributo válido para a melhoria das condições de vida de todas as pessoas, sem exceção.

Trata-se aqui de encontrar caminhos para a prosperidade da nossa sociedade e de manter um espírito solidário com todas as outras, em especial as mais desfavorecidas. Cultivar a justiça, defender a liberdade individual, respeitar as diferenças e estimular o espírito de iniciativa, as potencialidades e a criatividade que todos possuem.

Existem insanáveis diferenças ideológicas entre os partidos aqui representados. Defendemos, em muitas matérias, ideias e prioridades diferentes. É natural e até benéfico que assim seja. É a diversidade de pensamento, e a liberdade de o poder exteriorizar, que torna as sociedades democráticas tão estimulantes.

Mas ao lado da diversidade deve existir capacidade de diálogo. Capacidade para chegar a acordos em todas as áreas em que isso seja possível. Eu acredito que isso seja possível nos Açores. Eu acredito que os açorianos desejam que isso aconteça nesta nossa terra.

É por isso que eu quero deixar aqui uma certeza. O PPM possui essa capacidade de diálogo e de compromisso. Estamos disponíveis para dialogar e favorecer consensos no nosso sistema político. Estamos prontos para aceitar a responsabilidade e a representatividade que o povo nos quiser dar. Mais representatividade significará mais força e maior legitimidade para as ideias e projetos que defendemos. Em qualquer circunstância, o PPM não será uma força de bloqueio no âmbito do nosso sistema parlamentar e de governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nas eleições legislativas regionais que se aproximam, o PPM irá defender a necessidade de mudança. Estamos a enfrentar graves dificuldades em praticamente todas as áreas da governação. O Partido Socialista está muito desgastado após 20 de governação ininterrupta. Faltam-lhe ideias, acumulou vícios, eternizou dependências, aburguesou-se e perdeu a capacidade de estimular as pessoas para um futuro diferente e entusiasmante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Extinguir! Fechar a porta!

O Orador: Como aqui disse ontem, Carlos César previu, há vinte anos, que isto aconteceria. Foi ele que disse, nos meses que antecederam as eleições de 1996, que “vinte anos em qualquer parte do mundo é demais. Criam-se clientelas e favoritismos. É tempo de mudar os Açores”. Devo dizer que concordo com esta apreciação. Vinte anos de poder ininterrupto é demais em qualquer parte do mundo. Criam-se clientelas e favoritismos. Ainda em 1996, “Carlos César alertava para os males que derivam de votar no mesmo partido depois de vinte anos à frente do executivo. É que o PSD, na sua perspetiva, já não consegue esconder tendências que indiciam clientelismo e outras perversidades instaladas que, depois de tanto tempo no poder, acabam também elas por ser normais”. Mais uma vez concordo. Depois de tantos anos de exercício de poder, todos estes vícios acabam por ser normais.

O deputado José San-Bento refutou ontem todas estas críticas retroativas de Carlos César. Para mostrar até que ponto o PS é uma maioria diferente e que não está obcecado com o poder, o deputado José San-Bento não se lembrou de outra coisa senão pedir uma maioria absoluta e o voto útil no PS. Trata-se, como é absolutamente evidente, de uma postura que indicia um grande despreendimento em relação ao poder e uma grande capacidade de diálogo.

O que esta atitude demonstra é que o PS perdeu a capacidade de autocrítica e de regeneração interna. As coisas só podem mudar no futuro se o PS perder a maioria absoluta. As maiorias absolutas do PS são o escudo que protege as clientelas instaladas e impede as reformas políticas e económicas que temos de realizar nos Açores. Enquanto estas se mantiverem, nada mudará no âmbito da governação dos Açores.

Estou absolutamente convencido que, nos dias de hoje, Vasco Cordeiro é um refém político dos interesses instalados no PS. Reconheço-lhe, por vezes, vontade para mudar políticas, práticas e pessoas. Mas não o deixam. Não o deixam. Estou convencido que a maioria absoluta do PS representa, também, uma espécie de colete-de-forças para Vasco Cordeiro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero dedicar a última parte da minha intervenção à esquecida reforma autonómica. O que é que aconteceu com a reforma autonómica? Parece que a vontade de concretizar um acordo antes das eleições regionais teve uma morte súbita e anónima.

A explicação de muitos pode residir na impossibilidade política de se concretizar, nas atuais circunstâncias, uma revisão constitucional. Da nossa parte essa leitura não inviabiliza a nossa vontade de negociar e chegar a um acordo nesta matéria. Por dois motivos. O primeiro é que consideramos que um acordo regional no âmbito da reforma autonómica deve constituir-se como um elemento de pressão que motive a necessária revisão constitucional. A segunda razão é que existem um grande conjunto de matérias autonómicas que podem ser concretizadas sem que para isso seja necessário efetuar qualquer revisão constitucional.

Dou aqui alguns exemplos, que constam da nossa proposta:

- Permitir a candidatura de listas subscritas por cidadãos independentes para o Parlamento dos Açores, quebrando assim o monopólio partidário no acesso aos lugares da democracia representativa;
- Consagrar o sistema de listas eleitorais abertas no âmbito das eleições para o Parlamento dos Açores, no sentido de permitir que os cidadãos

possam ordenar livremente os candidatos propostos pelos partidos e pelas listas de independentes;

- Reduzir para 43 o número de deputados a eleger para o Parlamento dos Açores através da criação de um grande círculo regional que elegerá 23 deputados;

- Ampliar o regime de incompatibilidades no âmbito do exercício de cargos políticos e aumentar o “período de nojo” no âmbito da transição entre estes e o exercício de cargos de nomeação política na administração regional ou no sector público empresarial regional;

- Criar uma circunscrição eleitoral própria para os Açores no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu;

- Criar uma polícia regional;

- Promover a criação de seleções desportivas açorianas;

- Alterar a legislação nacional no sentido de permitir a futura integração dos Açores numa Euroregião Atlântica;

- Consagrar o reconhecimento e o dever de promoção dos dialetos açorianos no âmbito do Estatuto político-Administrativo dos Açores;

- Gerir e autonomizar plenamente a RTP/Açores, colocando-a integralmente na dependência dos órgãos de governo próprio dos Açores;

- Criar um domínio de primeiro nível para os Açores;

- Promover a integração dos Açores na UNESCO;

- Integrar a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores nos currículos escolares do sistema educativo açoriano;

- Implementar um regime de cotutela entre o Estado e os órgãos de governo próprio dos Açores no âmbito da gestão da Universidade dos Açores;

- Definir, alargar e blindar os mecanismos de operacionalização dos direitos dos Açores sobre as Zonas Marítimas Portuguesas adjacentes ao nosso território.

Estamos prontos para discutir estes e outros temas. Da nossa parte a disponibilidade para chegar a um acordo, nestas e noutras matérias, continua totalmente vigente. Se ele não se concretizar, porque alguns desertaram da mesa do diálogo e outros se refugiaram no dogmatismo mais absoluto, a responsabilidade não nos pode (a nós, PPM) ser imputada. O PPM aproveita esta oportunidade para reiterar a nossa disponibilidade para o diálogo e para assumir compromissos pré-eleitorais nestas matérias.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão merece um comentário e uma achega, ainda que breves, da parte deste Grupo Parlamentar.

Certamente que todos nós percebemos, face ao momento que vivemos, alguma picardia política e a necessidade que muitos partidos sentem

naturalmente de atacar a estabilidade e a maioria clara que o PS tem merecido por parte dos açorianos.

Mas não era sobre essa parte que me parece que corresponde à espuma da época que eu me queria referir.

Eu queria referir-me a uma parte que me parece mais importante e que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu.

Eu penso e nós fazemos um balanço diferente ao nível do que tem sido a postura, não só do PS, mas dos diversos partidos e do diálogo que foi encetado acerca da reforma da autonomia.

Nós pensamos, pelo contrário, que este balanço e aquilo a que se chegou é deveras positivo.

Desde logo porque houve uma predisposição e uma abertura geral para o diálogo e para a feitura de consensos, porque houve a apresentação pública de um conjunto de propostas que sendo algumas delas, como não podia deixar também de ser, configurarem soluções concretas, eventualmente diversas, revelam, nalgumas questões institucionais que para nós são fundamentais, consensos importantes ao nível da melhor participação cívica e política dos cidadãos, de uma democracia mais participativa, de uma autonomia sem tutelas e de uma evolução institucional.

Tenho a certeza que esse trabalho tem sido feito, tem sido feito pelo PS e tem sido feito também, estou em crer, até por aquilo que é público, pelos outros partidos.

O PS designadamente, e conforme é público, pronunciou-se de forma bastante substantiva sobre esta matéria no seu último Congresso, na Moção Global apresentada pelo seu líder, que aliás foi aprovada por unanimidade. O PS tem neste momento conclusões de um grupo de

trabalho em que tem propostas muito concretas acerca desta reforma da autonomia.

Portanto, eu penso que estamos numa fase, cujo balanço dentro da diversidade e dentro da importância do consenso que é necessário fazer, deve, ao contrário, ser valorizada e estamos num bom ponto para que o trabalho de consensualização seja feito, estamos todos num bom ponto para apresentar e legitimar junto dos açorianos um conjunto de propostas importantes, embora também seja compreensível que havendo mais coisas no céu e na terra, em determinadas alturas, é mais a diferença, o despique, a apresentação de propostas concretas diversas que pode legitimamente constituir a agenda de determinados partidos.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, relevo também a sua continuada e reafirmada disposição para o diálogo. Esse diálogo naturalmente há de prosseguir e continuo como sempre neste processo confiante na maturidade dos agentes políticos açorianos, dos seus partidos, deste Parlamento e creio que a reforma autonómica é um processo a decorrer e é um processo que vai dar seguramente bons resultados.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Paulo Estêvão, a Representação do PPM, traz-nos aqui uma declaração política, que para além doutras questões de índole mais geral, não lhe retirando nenhuma importância, se foca na sua parte final sobre as questões da reforma da autonomia e enumerou natural e legitimamente aquilo que têm sido as suas posições e as suas propostas relativamente a esta questão.

Todos nós, enfim, penso eu que todos os partidos com assento nesta câmara já deram conta daquilo que são as suas posições. Eu não vou aqui hoje reafirmar essas posições ou digamos aquilo que é a nossa posição sobre a reforma da autonomia, julgamos é, e isto quero reafirmá-lo, que as questões da autonomia devem estar presentes na nossa reflexão e na nossa discussão diariamente, sem data marcada e devem sofrer de facto aqui um processo de reflexão e de aprofundamento.

Mas há aqui uma questão que eu gostaria de lembrar designadamente ao Sr. Deputado, que há uma questão relativamente à autonomia dos Açores, assim como à questão da soberania nacional, que me parece que é o maior problema de todos, é que não há autonomia, nem há soberania nacional com esta União Europeia. Aliás, os exemplos de que as nossas competências estão coartadas são várias, que é esta Assembleia ter de conformar aquilo que são as suas propostas ao quadro legal a União Europeia; é o Governo Regional tentar implementar programas de apoio à economia regional, designadamente à exportação, e ver cerceada essa sua proposta por imposições decorrentes da União Europeia.

Portanto, neste momento, aquilo que mais preocupa o PCP é este garrote que a União Europeia tem sobre os países, tem sobre os povos e as regiões da União Europeia.

Portanto, essa é uma batalha que nós temos de vencer, não é apenas, sendo importante todas as discussões que nós possamos fazer no sentido de aperfeiçoar e aprofundar a autonomia regional, sendo essas importantes, é bom que tenhamos consciência que não conseguiremos levar a cabo nem sequer as competências que temos atualmente, porque temos uma União Europeia que asfixia, sufoca, estrangula a soberania e a autonomia dos povos e das regiões da União Europeia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade a declaração política do PPM teve esta virtualidade, cada um fala daquilo que muito bem entende, o que prova digamos o seu conteúdo rico em termos substantivos e sendo assim o BE também falará daquilo que lhe parece neste momento mais premente.

Se bem entendi a declaração política do Sr. Deputado Paulo Estêvão no que diz respeito à reforma da autonomia, não só pelo que disse, mas por outras intervenções que tem tido dentro e fora desta Casa, eu tenho entendido que o PPM defende o federalismo, defende um modelo federalista para os Açores no seu relacionamento com a República.

Então, eu gostaria de deixar muito claro nesta câmara e também ao Sr. Deputado do PPM, que o BE considera que o federalismo não é mais autonomia, o federalismo é anti autonomia. É este o nosso posicionamento.

Lutar por uma autonomia mais aprofundada, mais democrática, mais participada, mais livre e com mais competências nos seus órgãos de governo próprio, é exatamente o contrário de lutar por uma solução federalista.

Portanto, aproveito a sua declaração política, Sr. Deputado, da maneira como todos os outros anteriores intervenientes fizeram, para deixar uma posição de princípio do BE nesta câmara e para todos os açorianos e açorianas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Realmente não era para intervir nesta declaração política do PPM, realmente vem aqui afirmar aqueles que são os seus princípios, mas para que não restem dúvidas daqueles que são os princípios do CDS, eu queria deixar muito claro aqui duas ou três coisas.

Em primeiro lugar, eu julgo que esta discussão nesta altura é absolutamente estéril, os açorianos não precisam de discutir autonomia, nem a sua autonomia, nem poderes para baixo, nem poderes para cima. O que os açorianos precisam é de melhor saúde, melhor educação, uma agricultura forte, setores produtivos fortes, melhor sociedade, melhor participação cívica dos açorianos, uma sociedade que possa livremente expressar a sua opinião, etc., etc., etc.

É isso que os açorianos precisam e sobretudo os açorianos precisam de uma autonomia de resultados; não de uma autonomia de cargos; não de uma autonomia que quer criar figuras como o Presidente dos Açores; não

de uma autonomia que quer transformar os concelhos de ilha em governos de ilha; não de uma autonomia despesista, mas sim de uma autonomia ao serviço das pessoas e para as pessoas e para as açorianas e para os açorianos.

Portanto, é isso que o CDS reafirma, já reafirmou neste Plenário no Projeto de Resolução, reafirma novamente: é absolutamente desnecessário a discussão da autonomia e a chamada reforma autonómica não quer dizer coisíssima nenhuma aos açorianos. Os açorianos têm poderes suficientes. O que os açorianos precisam é de bom governo e de um governo que governe a favor dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento desta declaração política do PPM queria aqui em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, reiterar aquilo que tem sido o nosso percurso, as nossas propostas em relação à reforma do sistema político nos Açores, mas deixar nota de novo também que se é saudável que em relação às políticas sectoriais exista divergências, existam alternativas, existam proposituras diversas, também é saudável que em relação à reforma profunda do sistema político exista o máximo consenso possível e uma plataforma alargada de reflexão que possa englobar desde logo todos os partidos com assento parlamentar, mas também a sociedade civil organizada e todos os cidadãos que queiram colaborar nesta tarefa de pensar o nosso regime.

Nesse sentido, tal como nos esforçamos e apresentamos propostas setoriais alternativas, também reafirmamos a nossa convicção e a nossa disponibilidade, para sentados à volta da mesma mesa, todos nós podermos refletir sobre os próximos 40 anos da autonomia agora que passam 40 anos sobre este percurso histórico de afirmação de governação dos Açores pelos açorianos.

Achamos do que isso: temos que nos preparar, sabemos que é o tempo agora de reflexão, de propostas, de pré-campanha, campanha eleitoral. O nosso percurso por isso foi feito no tempo pretérito, mas a todo o momento estamos sempre disponíveis para nos sentarmos à volta da mesa, colocarmos aquilo que são as nossas propostas, mas também com abertura necessária para conseguirmos concretizar uma reforma que responda aos anseios dos açorianos, maior eficácia na governação, maior proximidade junto dos cidadãos, maior transparência da ação política e naturalmente de uma maior presença de cidadania na governação dos Açores.

Seguindo estes princípios e desde logo também o princípio da contenção daquilo que devem ser os gastos com as estruturas, nós estamos sempre disponíveis para continuar a discutir a todo o momento aquilo que deve ser a reforma do sistema político nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sendo assim para encerrar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na intervenção que fiz referenciei um conjunto de matérias em que não é necessário proceder a nenhuma revisão constitucional e em que podem ser implementadas medidas no âmbito da reforma autonómica.

O PPM apareceu aqui com a coragem de quem se disponibilizou para consensualizar antes das eleições um documento entre os partidos naqueles pontos em que fosse possível consensualizar, para que esta reforma pudesse avançar depois das eleições, tendo em conta a representatividade de cada um.

Eu penso que isto é uma forma de pensar a política de forma séria. Nós estamos a ver o exemplo agora em Espanha em que temos quatro grandes partidos com representação parlamentar e na primeira das eleições a questão não ficou resolvida, na segunda não ficou resolvida e muito provavelmente vamos ter umas terceiras eleições em Espanha, porque os partidos não se conseguem pôr de acordo.

Portanto, a nossa postura é que ao pluralismo das Assembleias deve também juntar-se o sentido de responsabilidade e o PPM no âmbito da nossa presença na Assembleia Legislativa, apresentámos com sentido de responsabilidade, sentido de responsabilidade de quem quer dialogar e chegar a consensos.

Eu falei de matérias muito específicas, porque a questão é esta: eu estou muito preocupado (e vou confessar aqui a este Plenário) porque é que eu trouxe esta questão aqui.

Eu estou muito preocupado, porque, por exemplo, as candidaturas de listas subscritas por cidadãos independentes, seja uma proposta esquecida...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque eu já aqui a defendi, neste Parlamento, antes do Sr. Presidente do Governo Regional a ter referenciado num discurso do Dia da Região.

As listas abertas também já a referenciei, já a tinha referenciado ao longo do meu percurso político.

Portanto, estas são matérias que são um adquirido por parte do PPM e eu da minha parte tinha a preocupação de consolidar um acordo sobre estas matérias.

Vou só dar mais um exemplo, Sra. Presidente: toda a gente fala de revisão da Lei Eleitoral.

Eu lembro aqui que na Legislatura que agora termina...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado, porque o seu tempo já acabou.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

O Orador: ... qual foi o único partido que apresentou uma reforma eleitoral, uma revisão da Lei Eleitoral?

Fomos nós, foi o PPM que apresentou duas iniciativas a este respeito e que impedimos o aumento do número de Deputados de 57 para 64.

Portanto, quando se definem princípios (e ficamos pelos princípios) não estamos a conseguir consubstanciar nada e é por isso que eu estou preocupado que a ideia de abrir o sistema político a quem está fora dos partidos acabe por morrer.

Por isso, eu trago esta questão que acho que é muito substancial.

Termino, Sra. Presidente, fazendo uma alusão muito simples à questão do federalismo.

Eu não percebi a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares. Mais federalismo significa mais competências, evidentemente, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... federalismo significa mais competências para os territórios que conseguem adquirir esse estatuto do ponto de vista político e jurídico. Isso a mim parece-me evidente!

Basta pensar, por exemplo, em Países como o Brasil, Estados Unidos ou Alemanha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Uma interpelação só para dizer que este Grupo Parlamentar fará chegar com muito gosto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão uma cópia da Moção Global apresentada no último Congresso.

Tenho a certeza que ele irá ficar reconfortado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política e considerando o nosso horário, vamos também interromper os trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, nomeadamente com a Agenda.

Interrompemos os nossos trabalhos ontem no ponto 2: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Cria o Comissariado dos Açores para a Infância”**.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O documento que estamos a discutir neste ponto da nossa Agenda transpõe para o ordenamento jurídico regional as competências da Comissão Nacional de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança, ou a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, e muito bem, porque aliás é uma competência que resulta da Constituição e do nosso Estatuto Político-Administrativo e compete à Região este exercício destas competências.

Até aqui tudo bem, o Governo apresenta o diploma que faz essa transposição e essa integração no ordenamento jurídico regional destas competências.

Apesar de haver, conforme resulta também dos pareceres chegados à Comissão dos Assuntos Sociais, algumas reservas relativamente a alguns pontos de pormenor e que sinceramente esperávamos ver refletidas em algumas propostas de alteração que o Governo ou a maioria parlamentar pudesse apresentar ou acolher, infelizmente isso não aconteceu.

De qualquer forma, não deixa de ser um documento importante para o apoio, a coordenação, a formação de todo o trabalho que deve ser feito,

nomeadamente pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que sabemos deve ser um trabalho despolitizado, não dependente ou não influenciado por qualquer matéria do âmbito político partidário.

É nessa medida que também estranhámos que nesta transposição de competências e nesta criação do Comissariado para a Infância nos Açores, se tenha optado por uma figura jurídica de um Presidente do Comissariado que é remunerado, ao contrário do que acontece no continente em que o Presidente da Comissão Nacional para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens não auferia remuneração.

Não compreendemos porque é que no país onde dezenas largas de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são de alguma forma coordenadas e auditadas por uma comissão nacional, que tem um presidente não remunerado e nos Açores com poucas, ou com manifestamente um número inferior às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que existem no país, se optou por um cargo de nomeação exclusivamente político, por indicação da Secretaria Regional da Solidariedade Social e nomeação pelo Sr. Presidente do Governo, de um cargo que seja remunerado, com uma remuneração que pode ser equivalente à de um cargo de direção intermédia de um primeiro grau ou eventualmente à remuneração de origem do presidente ou da presidente que venha a ser eventualmente escolhida.

É uma preocupação que o PSD tem, porque o trabalho desde logo das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens quer-se de facto um trabalho efetivo na promoção dos direitos e na proteção das crianças e jovens dos Açores, como aliás resultou de um relatório feito por esta Assembleia, necessitam de uma atenção especial, não só na promoção dos seus direitos, mas na sua proteção principalmente também porque vivemos

numa Região onde a pobreza infantil (e isso naturalmente incide sobre os direitos e a promoção dos direitos das crianças) tem uma incidência especial sendo as crianças e jovens especialmente afetados pela situação de pobreza que na Região é superior ao resto do País.

Portanto, correndo o risco de estarmos com este diploma a criar mais algum *job*, porque quando se criam os mecanismos para que haja dentro de um partido que está há vinte anos no poder, uma certa disputa de nomeações que temos assistido por essas empresas regionais e pelos cargos de nomeação política, manifestamente a uma tendência cada vez maior de que haja o normal saltitar de cadeiras ...

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor, pela sua saúde!

O Orador: ... ou passar de uns lugares para os outros por parte de comissários políticos em diferentes instituições para as quais o Governo tem o poder de nomeação exclusiva, achávamos que esta não era uma área em que se devesse correr esse risco e que se devesse ter o cuidado ...

Deputado Berto Messias (PS): Pela sua saúde! Mude de cassete!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado Berto messias, o senhor conhece bem aquilo que eu estou a falar!

O Orador: Portanto seria curial e desde logo preventivo e importante que numa área tão importante para os Açores, para os nossos jovens, para as nossas crianças, não se corresse o risco de politizar, de partidarizar o trabalho das comissões de proteção de crianças e jovens, porque acima de tudo estão os direitos e a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens dos Açores, não está a dança de cadeiras que eventualmente pode surgir com a criação de mais este cargo político, mas não é o único. Também o coordenador técnico não se compreende porque é que uma equipe técnica que irá trabalhar neste comissariado, que é totalmente

composto por técnicos oriundos da Secretaria Regional tem que ter um coordenador que depois ascende a um lugar com um estatuto remuneratório superior.

É no fundo mais uma forma de promover a entrada de um atrito na escolha dos técnicos para ocupar estes lugares de importância na Região.

É uma pena que assim seja, este diploma poderia muito bem ao não ter estes entraves uma melhor aplicação na Região e de facto, Sra. Secretária, não percebemos qual é a necessidade de que o Presidente nos Açores de um Comissariado que tem a seu cargo cerca de 19 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que nem sequer vai ter competências de auditoria sobre essas comissões, porque conforme resulta do diploma essas competências ficarão na Comissão Nacional, não foram transpostas para a Região essa auditoria às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco e, portanto, nem sequer essa competência vai ter, ou seja, ainda tem menos competências ao fim e ao cabo do que aquelas que são exercidas pelo Presidente de uma Comissão Nacional que tem dezenas mais de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a seu cargo.

Portanto, é fruto, digamos, da forma de estar no Governo que Vs. Exas. nos vêm habituando de querer sempre mais e mais criar lugares para poderem distribuir a seu belo prazer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao DLR apresentado e que cria o Comissariado dos Açores para a Infância, cuja função ou objetivo primordial é exatamente a defesa e a promoção dos direitos da criança, algumas das dúvidas e algumas das incertezas que o BE tem ainda relativamente a este diploma, já foram levantadas por outros partidos, não vou repeti-las, e a Sra. Secretária também ainda não teve oportunidade de responder, fá-lo-á com certeza.

De qualquer modo o BE quer dizer o seguinte: este não será com certeza o melhor diploma e o mais perfeito diploma à face da terra sobre esta matéria. Terá seguramente limitações e talvez até alguns erros de interpretação, mas o objetivo que tem é suficientemente valioso para nós, neste caso o BE dar o benefício da dúvida à sua implementação e cá estará esta Casa para daqui a um ano ou dois, ou três, fazer a avaliação da implementação deste Comissariado, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... do seu trabalho, dos seus resultados para fazer propostas de alteração a este Decreto Legislativo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Digo a esta câmara com toda a franqueza o seguinte: eu ontem estava a ver o telejornal à noite e aparecia em rodapé, porque nem teve a dignidade de uma notícia, mas aparecia em rodapé na SIC Notícias, a seguinte referência: durante o ano de 2015, mil milhões de crianças, mil milhões de crianças, foram vítimas de abusos físicos, psíquicos e sexuais. Mil milhões de crianças, Sras. e Srs. Deputados!

Portanto, é brutal, é vergonhoso. É qualquer coisa que enquanto homens e mulheres do sec. XXI nós não devíamos sequer aceitar que passasse

numa nota de rodapé. Mas foi assim que a notícia foi dada e inevitavelmente eu lembrei-me do diploma que nós tínhamos ficado a discutir quando a sessão deste Plenário acabou e reafirmei a certeza que nós já tínhamos: não é o melhor, pode ser corrigido, mas neste momento é a forma de desatar a fazer um trabalho urgente e fundamental nesta Região. Cá estamos para o corrigir no que tiver que ser corrigido!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM já votou este diploma favoravelmente em sede de Comissão.

Nós, no âmbito do trabalho que foi feito por esta Assembleia em relação à análise das políticas que estão a ser implementadas no âmbito da infância e da juventude, constatámos que faltava alguma coordenação, alguma articulação e um núcleo central mais forte em termos de articulação das políticas que estão a ser desenvolvidas.

A questão é esta: nós tivemos oportunidade de visitar várias instituições, tivemos oportunidade de verificar e analisar o funcionamento de várias instituições que estão a trabalhar no terreno junto das crianças e que estão a fazer muitas delas um excelente trabalho, outras que tem outro tipo de dificuldades e a verdade é que existem sinergias que não estão a ser aproveitadas, existem boas experiências, boas práticas que não estão a ser generalizadas e existiu um défice de coordenação.

Esta iniciativa do Governo responde a esta necessidade objetiva de melhorar as políticas de coordenação, de articulação neste setor.

Nesse sentido, da nossa parte nenhuma dificuldade que isto tenha custos, do ponto de vista da articulação, é uma das prioridades do PPM nesta matéria, portanto, é evidente que existe sempre uma hierarquia de prioridades por parte dos partidos e das pessoas. Para nós esta questão é uma prioridade e, portanto, que seja constituído um núcleo forte, com boas competências do ponto de vista do funcionamento burocrático e também com bons recursos humanos nós consideramos que é desejável, tendo em conta a situação que estamos a enfrentar.

Eu lembro o seguinte: o trabalho que foi desenvolvido nesta Assembleia em relação às crianças foi tendo em conta as notícias que nos chegavam todas as semanas de uma série de situações que a nossa sociedade, a sociedade açoriana, estava a enfrentar em termos de casos que estavam a ser noticiados todas as semanas.

É evidente que nós enquanto parlamentares, enquanto instituição parlamentar, devemos encontrar uma resposta para este tipo de situações, verificar o que é que se pode fazer.

Não vou aqui estar a referenciar as conclusões do relatório que já foi analisado numa sessão anterior, mas há algo que era absolutamente fundamental, era que um órgão deste tipo para melhorar a articulação e a coordenação era absolutamente fundamental.

Portanto, isso penso que é até a primeira das conclusões do grupo de trabalho.

Nesse sentido esta iniciativa do Governo responde a essa necessidade que foi detetada, que foi referenciada por muitas entidades que estão a trabalhar no terreno, portanto, nesse sentido é a resposta adequada.

Já vi que o PS fez entrar algumas alterações, algumas propostas de alteração que de facto respondem a algumas questões de pormenor, a algumas questões técnicas.

Da nossa parte demos também entrada de uma alteração que tem a ver com o mandato, o mandato do presidente deste órgão.

Nós consideramos que um mandato de quatro anos é demasiado longo e estamos a propor que seja reduzido para três anos.

É evidente que o presidente pode exonerar a qualquer momento, mas em todos os setores da administração regional, mas especialmente neste tipo de situação, o que é importante é acautelar a estabilidade e acautelar também que não seja necessária uma intervenção política, portanto, deixar que o mandato decorra, que as políticas sejam implementadas com tranquilidade.

Portanto, eu considero que é mais avisado realmente um mandato mais curto, até porque a nível nacional é de dois anos.

Portanto, é esta pequena alteração de pormenor e obviamente vou votar favoravelmente como já o tinha feito no âmbito da Comissão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões colocadas ontem e já hoje a propósito desta proposta para a criação do Comissariado dos Açores para a Infância, vou então prestar alguns esclarecimentos.

Quanto à composição do Conselho Regional, constante do art.º 12.º da proposta, esta composição reflete a preocupação do Governo em integrar

representantes não só dos membros do Governo com competência em matérias de políticas de infância, mas também representantes de outras entidades públicas, designadamente das freguesias e dos municípios, mas também representantes de entidades privadas com intervenção nestas matérias, designadamente as IPSS e Misericórdias, associações de juventude e associações de pais.

Conclui-se, por isso, da análise deste artigo que o Conselho Regional é maioritariamente composto por outras entidades que não por representantes do Governo.

Na modalidade restrita é um facto, o Conselho Regional é composto por elementos que representam departamentos do Governo e esta solução fundamenta-se no leque de competências que lhe está atribuída, designadamente no art.º 16.º da proposta, ou seja, para além do número de competências atribuídas ao Conselho Regional na modalidade restrita ser de facto restrita, apenas 5 em mais de 20 competências atribuídas ao Conselho Regional, também corresponde (essas 5 competências atribuídas ao Conselho na modalidade restrita) a atos de gestão corrente, conservando para a modalidade alargada as deliberações relativas a atos em matérias de particular importância institucional.

Quanto à última questão colocada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires relativamente às competências de aprovação do regulamento interno e do relatório de atividades, remeto para a leitura da alínea y), do art.º 13.º da proposta, que atribui as competências de aprovação dos referidos documentos ao Conselho Regional na sua modalidade alargada, “ao presidente do órgão compete apenas a apresentação destes documentos ao membro do Governo com competência em matéria de solidariedade”.

Quanto às questões colocadas pela Sra. Deputada Ana Espínola, quanto ao cumprimento das recomendações desta Assembleia produzidas no relatório sobre políticas de infância cumpre referir o seguinte: de entre as 6 recomendações de âmbito genérico apresentadas pelo grupo de trabalho, a maioria é de facto respondida pela criação desta estrutura, designadamente melhorar ao nível da estrutura do Governo os mecanismos de planificação, articulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção das crianças na Região Autónoma dos Açores; mais formação contínua para os elementos das CPCJs e a constituição de uma equipe técnica que dê apoio a todas as CPCJs da Região e que assuma, entre outras funções consideradas importantes, o domínio formativo e também, por fim, a maior dinamização da modalidade alargada das CPCJs.

No que diz respeito às recomendações de carácter específico para esta Secretaria Regional da Solidariedade Social, importa informar que no decurso do corrente ano foi já reforçada a formação dos funcionários da rede de equipamentos sociais afetos a lares de acolhimento; está a terminar o ciclo de formação de 63 técnicos na área da educação parental que decorreu em S. Miguel, na Terceira e que se conclui hoje aqui na Ilha do Faial; já implementámos uma resposta especializada na freguesia da Maia para acolhimento de jovens com deficiência e com processo de promoção e proteção e contamos até ao final do ano abrir uma resposta especializada para acolhimento de jovens com problemas de saúde mental.

Relativamente às restantes questões que colocou, o Comissariado é mais do que a coordenação regional das CPCJs, assume essa missão, mas também um conjunto de outras, de entre as quais volto a destacar o

acompanhamento e a avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na defesa e promoção dos direitos das crianças e sua proteção.

Este Comissariado executa as ações do plano nacional com as devidas adaptações, conforme dispõe o n.º 8, do art.º 12.º, do Decreto-Lei 159/2015.

Quanto aos recursos humanos afetos ao Comissariado, estes corresponderão à exata medida das necessidades e competências atribuídas a este Comissariado.

Importa referir ainda que o próprio Decreto-Lei 159/2015 dispõe que no que diz respeito às coordenações regionais, art.º 13.º, serão afetos o mínimo de 3 elementos recrutados de entre os trabalhadores da administração direta, indireta, regional e local e agora acrescento que o financiamento destes recursos técnicos será assegurado pela Comissão Nacional, à semelhança do que acontece no restante território nacional.

Portanto, daqui se conclui que ao contrário do afirmado a estrutura será leve, sobretudo quando avaliadas as atribuições e competências que lhe estarão atribuídas.

No que diz respeito às questões colocadas pelo Sr. Deputado Bruto da Costa.

Quanto a melhorias, Sr. Deputado, na própria Comissão (infelizmente o Sr. Deputado não estava presente, mas estava presente o Deputado Paulo Parece) as minhas últimas palavras foram, Sr. Deputado, o que nos interessa é ter uma proposta consistente e que produza os resultados pretendidos e mostrei, desde logo, total abertura para acolher quaisquer que fossem as propostas de melhoria no sentido de termos aqui uma solução que correspondesse à vontade da larga maioria deste Parlamento,

aliás, porque decorre de um diagnóstico feito por esta Assembleia a necessidade desta resposta.

O que eu estranho, Sr. Deputado, é que para si não constitua estranheza que em 2015 o PSD e o CDS a nível nacional tenham eles próprios proposto que o Presidente da Comissão Nacional fosse nomeado pelo Sr. Primeiro Ministro sob proposta do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, portanto, naturalmente também uma nomeação política.

O que eu estranho, Sr. Deputado, é que também não estranhe ao mesmo tempo que as coordenações regionais sejam nomeadas pelo Sr. Presidente da Comissão Nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não estranho isso! A senhora não percebeu bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma coisa é quem assina, outra coisa é quem produz o despacho!

Deputado André Bradford (PS): Uma coisa é o PS, outra coisa é o PSD!

A Oradora: Naturalmente parece-me que reduzir a discussão deste diploma a esta questão ... Todos os recursos, Sr. Deputado, serão poucos, aliás como a própria Assembleia diagnosticou na segunda recomendação genérica que faz, e sugere ao Governo que incremente os meios financeiros canalizados para a promoção das políticas públicas de promoção à infância.

Penso que assegurarmos a remuneração dos elementos que vierem a ser necessários para pôr em prática este desígnio, todos os recursos serão poucos e é de facto esta a preocupação do Governo.

Também devo dizer que como o Sr. Deputado sabe e bem, quanto à remuneração do Sr. Presidente da Comissão Nacional estamos a falar de uma pessoa que tem dedicado a sua vida a estas questões é um facto, mas como sabe é aposentado, portanto, auferir por essa via necessariamente uma remuneração.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! A Lei foi feita para isso!

A Oradora: Penso que das questões que foram aqui colocadas queria agradecer à Deputada Zuraida Soares e ao Deputado Paulo Estêvão as palavras que nos dirigiram no sentido de que, naturalmente com defeitos, como todas as propostas que aqui a esta Casa chegam, mas com o mérito que lhe reconheceram, agradeço as palavras e tenho a dizer que, Sr. Deputado João Bruto da Costa, as propostas de alteração, como aqui já foi referido, podem ser feitas por todos os que aqui têm assento, portanto, naturalmente que se alguma proposta tiver a fazer, cá estaremos com certeza para a analisar.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu lamento, Sra. Secretária, que não me tenha feito explicar suficientemente quanto às reticências que coloquei relativamente a esta questão do diploma, relativamente ao cargo do Presidente do Comissariado.

Mas eu vou tentar explicar melhor, porque manifestamente deve ter sido por insuficiência da minha parte que não me fiz entender.

A questão não está, ... Não sou talvez assim tão distraído que não saiba como é que é feito o diploma de 2015 aprovado por um Governo que não socialista, relativamente à nomeação do Presidente da Comissão Nacional. Posso ler para que todos tenham essa noção: “A Comissão Nacional tem a seguinte composição, art.º 6.º, n.º 1, alínea a): o Presidente, que é designado por despacho do Primeiro Ministro, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da Solidariedade e Segurança Social, mediante personalidades de reconhecido mérito”. Que eu saiba não está aqui o nome do atual Presidente da Comissão Nacional, portanto, o cargo não foi criado para ele.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): E nem precisa estar!

O Orador: É um cargo que naturalmente ... O facto de ser aposentado ou deixar de ser aposentado, não tem nada a ver, não diz aqui que tem que ser um aposentado também.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Ninguém disse isso!

O Orador: O que diz é depois no art.º 7.º, “não há remuneração para este cargo”. A única coisa que o Sr. Presidente da Comissão Nacional tem direito é a ajudas de custo e às despesas que efetue em nome da Comissão Nacional. Não tem qualquer remuneração.

Isto para o território nacional até agora também incluindo a Região Autónoma dos Açores.

O que é que diz a proposta do Governo relativamente a esta situação?

Art.º 8.º, estatuto remuneratório, n.º 1: “o estatuto remuneratório do Presidente corresponde ao de cargo de direção intermédia de primeiro

grau podendo, no entanto, optar pelo vencimento de origem no caso da nomeação recair em funcionário público que aufera uma remuneração superior.”

Portanto, eu acho que é esta a diferença de um Governo que não é socialista e que não criou um *job* para nomear alguém que possa ter interesse num estatuto remuneratório diferente, ou que possa ter interesse político. Eu não estou a dizer que é isso que vai acontecer, mas é atrito que é criado numa situação onde não deve haver este tipo de atritos.

Mas deixe-me também colocar outra situação.

No art.º 17.º, Sra. Secretária, é prevista a criação de uma equipa técnica, eu já falei nisto há pouco, eventualmente não me fiz explicar.

No art.º 17.º do diploma que estamos a discutir, sob a epígrafe “equipa técnica operativa”, diz assim o seu n.º 2: “A equipa técnica operativa é integrada por trabalhadores oriundos das administrações direta, indireta, regional e local, entidades públicas empresariais, associações e fundações de direito público ou privado, recrutados (e depois repare nesta expressão) preferencialmente através de instrumentos de mobilidade”.

Ora, como todos sabem nesta Casa, porque são legisladores, a utilização da expressão “preferencialmente”, cria a discricionariedade suficiente ao Governo Regional para preferencialmente fazer o quer no recrutamento de uma equipa técnica.

Ora bem, se nós estamos a criar um diploma fundamental que transpõe para o direito regional competências importantíssimas no âmbito da proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens, que não queremos que haja interferências de outro carácter que não efetivamente uma preocupação genuína com a promoção dos direitos das crianças e jovens, porque é que o Governo tem esta tendência para meter a

discricionariedade da nomeação do recrutamento e da escolha dos técnicos, que pode depois influir outros critérios, que não aqueles que devem presidir à escolha efetiva das melhores pessoas para executar estas funções?

Isto é algo que ao PSD, como eu disse na minha primeira intervenção, poderia ter sido acolhido pelos pareceres que chegaram à Comissão e vamos ver se nós nos entendemos: chegam pareceres à Comissão dos Assuntos Sociais, pareceres que todos nós temos conhecimento; a maioria não acolhe esses pareceres nas suas propostas de alteração; ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é verdade!

O Orador: Daquilo que eu estou a falar, Sra. Deputada!

... o Governo não acolhe essas indicações ou esses alertas, ou essas preocupações, manifestadas nomeadamente pelo parecer da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, aliás muito fundamentado e que levanta muitas questões.

O que é que eu posso depreender disso?

É que se o Governo Regional ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Exatamente! Opte por aí, que por aí vai bem!

O Orador: Tem algum problema, Sr. Deputado Domingos Cunha com esta Comissão de Proteção de Crianças e Jovens?

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, não! Nenhum! O senhor é que tem!

O Orador: Eu não! Eu limito-me a aceitar aquilo que ...

Oh, Sr. Deputado sabe o que é?

É que eu limito-me a aceitar como bom que quem trabalha no terreno com estas questões se calhar sabe um bocadinho melhor do que quem nunca viveu estas problemáticas, eventualmente as possa trabalhar.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor está a falar com a pessoa certa!

O Orador: Exatamente! Eu falo com a pessoa certa! Exatamente!

Portanto, se o senhor certamente tem experiência de terreno a trabalhar nas problemáticas relacionadas com a promoção e proteção dos direitos das crianças e com as crianças e jovens em risco, certamente que dará o seu contributo para relevar que estas preocupações possam persistir em mais nomeações, ...

Deputado André Bradford (PS): Não estamos a falar de nomeações! Estamos a falar de crianças!

O Orador: ... em mais criação de cargos eventualmente políticos. Remunerados e bem remunerados!

A diferença é essa. É que eu não compreendo, tal como não compreendem pessoas que trabalham no terreno ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Estamos a falar de um diploma que o seu Governo criou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... que haja necessidade dos Açores terem um Presidente de um Comissariado de Infância que é remunerado a este nível e no continente, que tem uma dimensão muito maior e um trabalho muito mais vasto, não haja essa necessidade.

Certamente que gostaria que houvesse uma explicação para isso! Eu não vejo é explicação para esta diferença!

A única explicação que eu vejo para esta diferença é a discricionariedade, o poder absoluto de poder pôr e dispor, de ter à vontade de fazer o que muito bem entendem, na escolha, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas é só esse o seu argumento sobre o diploma? São as nomeações?

O Orador: ... ou eventualmente na disputa dos lugares, que querem que exista sempre na administração regional na habitual dança de cadeiras que nós vamos assistindo ao longo destes últimos 20 anos.

Portanto, para terminar e dando corpo àquilo que tenho dito e que não é dito por mim, é dito por um parecer chegado à Comissão, deixem-me só citar o ponto 26.º deste parecer chegado por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo: “Por último – estou a citar – parece-nos que com a presente proposta de diploma e subsequentes diplomas regulamentares, pretende-se de forma encapotada transportar as CPCJs (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, para quem não sabe) em unidades administrativas, tutelados por um departamento do Governo Regional, com dependência direta de um Comissariado, entidade que ao que parece, funcionará como interlocutor das CPCJs, junto da Comissão Nacional colocando em causa a autonomia funcional das Comissões e transformando-as em meras entidades administrativas executoras do Comissariado”.

Eu penso que esta preocupação que chegou neste parecer, entre outras, que constam dos pareceres, poderiam ter sido tidas em conta, ficava o diploma muito mais adequado para a realidade que pretende dirigir-se.

Deputado André Bradford (PS): Mas por que é que o senhor não propôs isso?

O Orador: Temos pena, o PSD lamenta, que não tenha sido essa a opção do Governo e por isso alertámos para estas questões que podem de alguma forma minar um bom diploma que devia e deve ter como preocupação central a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, tenho muita pena que o senhor se tenha ficado por ler o parecer de uma das CPCJs e não tenha lido nem o diploma, nem a proposta do Governo Regional, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... até porque se o tivesse feito já veria esclarecidas todas as suas dúvidas que aqui foram apresentadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que eu disse alguma coisa que não corresponde à verdade?

A Oradora: No entanto, gostaria de referir que é com satisfação que vemos uma certa unanimidade em torno deste diploma apresentado aqui por vários Grupos Parlamentares e por Representações Parlamentares e isso também advém certamente da importância da matéria que está aqui a ser discutida.

Relativamente ainda à questão da remuneração ou não do Presidente, é verdade que o diploma nacional é omissivo quanto a remuneração ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é omissivo!

A Oradora: É omissivo quanto à remuneração do Presidente, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é omissivo nada! É clarinho, clarinho!

A Oradora: ... nada diz quanto ao facto de ser obrigado o voluntariado, não refere nunca que tem que ser em regime de voluntariado, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que não sabem o que é que escreveram no diploma!

A Oradora: ... não refere. No entanto, era bom, e aqui digo mais uma vez, que lesse o diploma nacional, aprovado em 2015 a 10 de agosto, do vosso Governo, onde prevê a gerência de um orçamento próprio e com toda a autonomia, que pode ser incluindo para remunerações. Nada diz que não podem ser as remunerações previstas feitas através do orçamento da própria Comissão Nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto só visto! São hábitos! Um orçamento próprio para cargos! Quem sabe, sabe!

A Oradora: Na Região ao contrário, é verdade, optou-se por deixar claro que é importante que quem vai ter entre mãos desígnios tão importantes deva ser remunerado.

Portanto, fica apenas claro no diploma regional o que o nacional é omissivo. Só!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou seja, não é!

A Oradora: Quanto aos pareceres, ao termos ou não assumido ou assimilado os pareceres que foram enviados à Comissão.

Os pareceres, como se pode constatar pelo menos para quem leu todos os pareceres e não se ficou só pela leitura de um deles, são maioritariamente positivos ao diploma, ...

Deputado Francisco César (PS): Aprenda!

A Oradora: ... no entanto, o PS verteu propostas de alteração feitas nos pareceres que achou pertinentes, bem como até o PPM achou que deveria apresentar propostas de alteração e também apresentou.

Agora, Sr. Deputado Bruto da Costa, nós estamos é à espera das propostas de alteração do PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a algumas das preocupações e reservas que coloquei ontem na primeira intervenção, dizer o seguinte: por parte da bancada do PS, quer a intervenção da Deputada Graça Silva, quer nos incomodados apartes, incomodados e inúmeros apartes do Grupo Parlamentar do PS, aquilo que foi a base da contestação ou da crítica às reservas e aos pedidos de esclarecimento que fiz, foi o facto desta Proposta de Decreto Legislativo Regional ser no fundo a transposição da lei nacional e, portanto, que olhasse para aquilo que tinha acontecido na República e que aquilo que se está a fazer aqui é no fundo a mesma coisa. Tem de facto

algumas nuances, mas no fundo é a mesma coisa, o que não quer dizer que seja bom aquilo que foi feito na República.

Mais, até me parece estranho que o Grupo Parlamentar do PS se socorra do facto disto ser uma lei da República, aprovada pelo Governo do PSD e do CDS-PP e não transformá-la, ou pelo menos não procurar melhorá-la.

Então melhorou ou não melhorou?

Vejam lá se se entendem!

Deputada Graça Silva (PS): Melhorou, melhorou!

O Orador: Melhorou ou não melhorou?

A argumentação não tem sido essa.

Deputada Graça Silva (PS): Deu o seu parecer!

O Orador: Depois há aqui uma questão que para a Representação Parlamentar do PCP é fundamental e que tem a ver com o seguinte: o exercício da autonomia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não há leis da República!

O Orador: O senhor está com algum problema auditivo?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, por favor.

O Orador: A questão é a seguinte: o exercício da autonomia faz-se nestes momentos e, portanto, se nós estamos a transpor um Decreto-Lei ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não estamos a transpor!

O Orador: ... para o quadro jurídico regional, temos de adaptá-lo à nossa realidade, em função das competências que nós temos.

Mas a questão é a seguinte: é que as alterações que são feitas se calhar não estão relacionadas com a especificidade regional. Não estão relacionadas com isso. Não estão efetivamente!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Onde é que estão as propostas do PCP sobre esta matéria?

O Orador: Portanto, os esclarecimentos que foram prestados pelo Grupo parlamentar do PS, quer pela Deputada Graça Silva, quer, enfim, pelos inúmeros e incomodados apertes do Grupo Parlamentar, de facto fundaram-se nisso, não no esclarecimento, mas na remissão para aquilo que foi feito na República.

A Sra. Secretária, e agradeço os seus esclarecimentos, porque efetivamente no que concerne à resposta que deu à Representação Parlamentar do PCP não foi por esse caminho e agradeço-lhe isso, mas, Sra. Secretária, as minhas reservas continuam, isto é, a procura que fez no sentido do esclarecimento não deixa a Representação Parlamentar do PCP satisfeita.

Há de facto aqui uma questão que para nós é essencial, relativamente a esta questão como a muitas outras questões e, aliás, o PS até durante esta Legislatura fez, em determinada altura, tomou a iniciativa, que não podemos deixar de registar como positiva,...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... que foi por exemplo nas nomeações para os presidentes dos conselhos de administração das empresas públicas haver uma audição prévia em sede de Comissão.

Deputado Francisco César (PS): Ah! Agora é que acha isso bem!

O Orador: É evidente que não se trata aqui da mesma coisa, mas a verdade é que há qui um peso excessivo da tutela deixando a Assembleia Legislativa Regional dos Açores completamente à margem de qualquer possibilidade de acompanhar o trabalho do Comissariado e isso é que nos

desgosta, Sra. Secretária. Afinal de contas o PS quer e valoriza a participação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, valoriza a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ou não?

E, sendo assim, Sra. Secretária, de facto há aqui um peso excessivo governamental no Comissariado, nós não podemos dar o apoio a esta iniciativa e ficar-nos-emos pela abstenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Mas deu apoio ao diploma nacional!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi na generalidade aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora passar ao debate e votação na especialidade.

Não havendo inscrições, vamos então começar a votação.

Coloco à votação os art.ºs 1.º e 2.º deste diploma.

Julgo não haver oposição a esta votação em conjunto.

Não havendo, 1.º e 2.º.

Não havendo, vamos então votar o art.º 1.º e 2.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o art.º 3.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os art.ºs 4.º e 5.º?

Não há oposição.

Está então à votação os art.ºs 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 6.º, nomeadamente ao seu n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM a este mesmo art.º 6.º, nomeadamente o seu n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 6.º, com estas duas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Pergunto à câmara se posso fazer votação conjunta desde o art.º 7.º ao 11.º?

Todos separados?

Sr. Deputado Aníbal Pires, também o 8.º separado?

Está então agora à votação o art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 8.º. Separar o n.º 1 do n.º 2?

Está à votação então o n.º 1.º, do art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1 do artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o n.º 2.º, do art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2, do art.º 8.º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação os art.ºs 9.º, 10.º e 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, neste caso é uma proposta de substituição integral à proposta de alteração que já tinha sido dada entrada ontem por parte do PS ao art.º 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 12.º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao art.º 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 13.º, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar conjuntamente os art.ºs 14.º a 17.º?

Sr. Deputado Aníbal Pires?

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

Presidente: Então tem que ser um a um.

Está então à votação o art.º 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração, neste caso uma proposta de eliminação, ao n.º 3, do art.º 18.º apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 18.º, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta os restantes três artigos do diploma?

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

Presidente: 19.º então é o que será votado imediatamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 20.º e 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Para solicitar um intervalo de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 3 da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 70/X – “Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O exercício da atividade de ama, na Região Autónoma dos Açores, encontra-se definido pelo DLR n.º 18/2001/A, de 9 de novembro, que aplica o DL 158/84, de 17 de maio, à Região, aplicando-se exclusivamente à atividade exercida pelas amas no âmbito das respostas da segurança social, enquadradas em creches familiares.

Atualmente a Região conta com cinco creches familiares, concretamente três na ilha de São Miguel, uma na ilha Terceira e uma na ilha do Faial, e que enquadram quarenta e nove amas, dando resposta, à data de 31 de dezembro de 2015, a cento e oitenta crianças.

Da experiência colhida até hoje, o Governo entendeu ser benéfico expandir esta rede de Amas, dotando-a de um tipo de resposta complementar àquela que é atualmente assegurada por amas enquadradas em creches familiares, abrindo a atividade ao privado.

Assim, a presente proposta de Decreto Legislativo Regional estabelece, para a RAA, um regime jurídico universal e transversal a toda a atividade das amas, quer as que estejam enquadradas em creches familiares, como as que pretendam exercer a atividade a título privado, estabelecendo requisitos para o exercício da atividade, mecanismos de licenciamento e de fiscalização que garantam às crianças e às famílias os mesmos padrões de qualidade.

Com esta opção, não só se reforça a rede de amas alargando o leque de oferta às famílias, como se estimula, por esta via, a criação do autoemprego.

De realçar que este alargamento da rede não descarta os aspetos qualitativos. É disso evidência o facto de ser exigida formação básica e inicial, sujeita a um período experimental de 5 semanas e a uma avaliação por equipa técnica e pedagógica, para além da formação contínua de aperfeiçoamento, a ser efetuada pelo menos, a cada 2 anos de atividade.

No caso de acolhimento de crianças com deficiência ou incapacidade (artigo 22.º), o número máximo de crianças acolhidas por ama é reduzido de quatro para três, devendo ser acolhidas, preferencialmente, em creche familiar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sras. e srs. Deputados, estamos perante o processo legislativo comum, podem intervir as vezes que quiserem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Deputado Aníbal Pires é que é especialista!

Presidente: É que se não há dúvidas vamos passar à votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Grande especialista!

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se trata disso! Trata-se de uma questão de coragem! Mas isso é outra coisa!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este diploma que o Governo nos traz aqui, certamente que lhe reconhecemos importância, mas temos aqui algumas reservas e deixaria para já e apenas uma delas que para nós é central nesta questão e que tem a ver com a possibilidade, ou melhor com norma que permite a prestação de serviços a recibo verde por umas, isto é, há aqui, mais uma vez, por parte do Governo Regional, o fomento da precariedade laboral e essa é uma questão que eu gostaria de ver devidamente esclarecida. Porquê?

Deputada Zuraida Soares (BE): Coragem!

O Orador: Porquê esta formulação?

Porquê, Sra. Secretária, quando aquilo que se pretende na Região é ... Todos nós reconhecemos que um dos grandes flagelos da nossa Região é a precariedade laboral e quando é o próprio Governo Regional a fomentá-la isso torna-se ainda mais grave, porque nós o que devemos procurar é

encontrar as soluções que nos levem a diminuir a precariedade laboral. Mas não, Vs. Exas., e pelos vistos com o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas eventualmente não só, estão aqui ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não é socialista, por acaso tem razão, é do PS!

... exatamente a promover a precariedade laboral.

Eu ficava-me para já por aqui, esperando que a Sra. Secretária Regional justifique esta opção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Apenas para esclarecer esta questão.

No art.º 5.º desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, logo no seu n.º 1 é dito que: “os requisitos e condições de ordem pessoal e familiar para acesso à atividade de ama e ao respetivo exercício, são os previstos no regime jurídico que estabelece os termos e condições para acesso à profissão e o exercício da atividade de ama previsto no Decreto-lei n.º 115 /2015 de 22 de junho e respetiva regulamentação”.

Porque é que se estabelece estes aspetos nestes termos?

Porque estamos perante matéria correspondente a direitos, liberdades e garantias, perante a qual esta Assembleia e a Região não têm competência legislativa.

Nós o que estamos é sim a promover o autoemprego e mais uma forma de exercício desta profissão para além da enquadrada em creche familiar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, permita-me discordar de V. Exa., porque se olharmos para a forma de prestação de trabalho nesta proposta é óbvio que estamos na presença de trabalho subordinado, com cumprimento de horário e não de trabalho independente. Na verdade o que se passa é que estes trabalhadores reúnem todas as características do regime dos trabalhadores dependentes, uma vez que: “a sua atividade é regulada por um horário de trabalho, que observa início e termo da prestação.

É uma atividade remunerada com periodicidade determinada e com um valor certo fixado por despacho.

O seu desenvolvimento é feito de acordo com as orientações técnicas da segurança social.

Estão assim reunidas as condições para a presunção da existência de um verdadeiro contrato de trabalho nos termos do art.º 12.º do Código do Trabalho.

Contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade a outra ou a outras pessoas, no âmbito da organização e sob autoridade destas”. Diz o art.º 11.º do Código do Trabalho, que acabei de citar.

Estão então estas condições reunidas Sra. Secretária, portanto, esta é, digamos, uma reserva relativamente a este diploma que para o PCP é incontornável.

Vs. Exas. desta forma estão a promover a precariedade.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas se for um empresário em nome individual? Responda-me!

O Orador: Quando fizer a pergunta na intervenção que vai fazer a seguir.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma criança nasce e leva logo o despacho!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Ou um carimbo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um código de barras!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Aníbal Pires possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Portanto, Sra. Secretária, eu julgo que relativamente a esta matéria era fundamental que o Governo Regional, e neste caso aqui o Grupo Parlamentar do PS, fizesse a proposta de alteração que resolva este problema, sob pena ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Julga ou tem a certeza?

O Orador: É evidente que há aqui algumas bancadas que, enfim, face ao contexto que estamos a viver, estarão pouco atentas a esta questão, mas a verdade é que ela é demasiado importante para ser deixada ficar em claro e como tal eu gostaria de ouvir outras bancadas a pronunciarem-se sobre este que é para nós um dos aspetos fundamentais e que era essencial que fosse devidamente corrigido, porque assim fomentamos a precariedade, é

a própria Administração Pública Regional a fomentar a precariedade laboral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui explicado pela Sra. Secretária Regional a rede de amas existe desde 2001 na Região, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2001/A, de 9 de novembro, mas de facto estavam todas afetas a IPSS, a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Era manifestamente necessário alargar o regime jurídico que ainda vigora e regular também a título privado o exercício dessa atividade.

Na opinião do PS este é um diploma bastante completo, eu diria mesmo que é um diploma inovador, a partir de uma base já existente, é certo, mas que prevê agora de uma forma mais esclarecedora e mais cabal, respostas alternativas às tradicionais creches que nem sempre conseguem ir ao encontro das necessidades das famílias e dos pais.

Entronca aqui no investimento no autoemprego e eu creio, Sr. Deputado Aníbal Pires, que a Sra. Secretária já o esclareceu, eu creio que a intervenção da Sra. Secretária foi bastante esclarecedora nesse sentido. Permita-me dizer-lhe que julgo, eu diria mesmo, um pouco rebuscada a sua interpretação, mas o Sr. Deputado Aníbal Pires obviamente tem direito a ela.

Este diploma define as condições, os requisitos, as premissas de funcionamento da atividade em toda a linha e protege com isso as crianças, as famílias, dignificando também o exercício da atividade destes

profissionais. Aposta, claramente na formação, seja a formação inicial, seja a formação contínua de profissionais que podem vir de várias áreas, desde a educação de infância, à psicologia, portanto, áreas académicas ou não, pessoas apenas, entre aspas, vocacionadas (e digo entre aspas porque é uma grande vocação) para lidar com esta população.

Portanto, é um diploma que no entender do PS é bastante abrangente e bastante claro no seu articulado.

Prevê ainda para nosso agrado, manifesto agrado, a integração de crianças com deficiências e incapacidades, o que vai também responder a uma série de dificuldades que estas famílias enfrentam, portanto, é um diploma que representa um importantíssimo instrumento para o exercício pleno da atividade de ama, seja no âmbito das creches familiares, ou seja, ligadas ao setor social, seja a título privado, valorizando os profissionais e a qualidade dos serviços prestados.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou de acordo com parte da intervenção da Deputada Renata Correia Botelho, designadamente no que concerne ao facto de se procurar valorizar até em termos profissionais, ao nível até da formação, o trabalho das amas, portanto, criam-se até novas obrigações, nomeadamente no domínio da formação profissional, da avaliação do seu trabalho, com as quais concordo, mas não se garante depois o mínimo de estabilidade e

poderia ainda acrescentar o seguinte: este diploma define tempos de trabalho que podem chegar até onze horas; define uma espécie de direito a férias anuais de 22 dias; define uma espécie de direito a faltas justificadas, mas sujeitas à atual arbitrariedade de um parecer técnico da entidade licenciada.

Mesmo às amas integradas no âmbito da resposta da segurança social, art.º 30.º, isto é, integradas nas IPSS, o Governo Regional impõe a precariedade e instabilidade de um contrato de prestação de serviços, que nem é livremente negociado, pois até a retribuição destas trabalhadoras ou trabalhadores será fixado por despacho do membro do Governo competente.

Portanto, isto não é afinal de contas uma coisa tão limpa como quer parecer, e não estou a desvalorizar a iniciativa do Governo Regional, não estou a desvalorizar, ...

Deputado André Bradford (PS): Não!... Que ideia!!!

O Orador: ... mas há este aspeto que eu não posso deixar, de maneira nenhuma, ficar em claro.

Continuaria dizendo o seguinte: aliás, coloca-se a questão interessante de que com este diploma uma instituição que decida contratar efetivamente e em forma uma ama, não o pode fazer legalmente, é um regime de precariedade obrigatória, pelo menos claramente de falsos recibos verdes. É isto que o Governo está a fazer e é isto que o PCP não pode dar o seu aval.

Para o Governo Regional o trabalho de ama não é trabalho, é uma espécie de *hobby* quase não remunerado graças ao qual o Governo Regional evita ter de fazer mais investimentos para alargar a oferta de rede pública de creches ou para lhes adaptar os horários às necessidades reais da família.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E se for um empresário em nome individual?

O Orador: Mas, até para responder a alguns pequenos apartes que o Grupo Parlamentar de forma agora não muito incomodada, mas envergonhada e tímida, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Envergonhada?!

O Orador: ... eu diria o seguinte: esta opção que o Governo do PS aqui está a tomar é no mínimo paradoxal.

Eu lembrava que a Deputada do PS, Idália Salvador Serrão, na Assembleia da República, na discussão da proposta de lei de que resultou o Decreto-Lei 115/2015 afirmava: “de forma inequívoca, este diploma, as amas passam a ser prestadoras de serviço e não têm direito nem ao pagamento das férias, nem a férias, nem aos fins de semana”.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Que não é igual!

O Orador: Portanto, há uma posição do PS quando está na oposição e há uma posição do PS quando está no poder, isto é, há aqui contradições que é preciso que Vs. Exas. resolvam e claramente o PCP não pode, e neste caso, não se trata de uma abstenção, neste caso vai tratar-se de um voto contra, porque o PCP não pode dar o aval a um diploma do Governo Regional que promove a precariedade laboral, não só a promove, institui a precariedade laboral.

O PCP votará contra este diploma pelas razões que aqui já aduzi.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para que os apartes sejam bastante audíveis e fiquem para a câmara a minha pergunta ao Sr. Deputado Aníbal Pires ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não posso responder!

A Oradora: ... é se considera que uma empresária ou empresário em nome individual está a prestar serviços e se isso é considerado trabalho precário?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, porquê? Vá ler o diploma!

A Oradora: A pergunta que eu lhe deixava aqui era exatamente essa, porque o conceito de trabalho precário tem a ver com contratado por tempo e para trabalho eventual ou então por um contrato a termo certo, que não é de todo o caso que aqui está e uma prestação de serviço para o empreendedorismo se for atividade empresarial com o devido CAE da atividade económica em causa, eu creio que, com o código correto, nada impede e não é de todo trabalho precário.

O senhor está a fazer uma agenda que não a que aqui se está a tratar, nem é de todo o que se pretende com esse diploma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reforçar, Sr. Deputado Aníbal Pires, aquilo que disse inicialmente.

O que o Governo prevê ou pretende no fundo instituir com esta proposta é o acesso à profissão nos termos em que é possível aceder a ela também a nível nacional e tratando-se de matérias, como já referi, de direitos, liberdades e garantias, não podemos nós, na Região, dispor de forma diferente daquilo que está estabelecido a nível nacional. Isto é um primeiro aspeto essencial.

De toda a forma importa também referir que naquilo em que nós podemos dispor de forma diferente fizemos. Aliás, o Sr. Deputado se quiser ler o resto do debate que foi feito a propósito deste tema a nível nacional, reconhecerá com certeza que aspetos como o facto de estabelecermos a idade mínima de acesso à creche ao contrário daquilo que foi retirado a nível nacional e que é um aspeto determinante, ou seja, a nível nacional retirou-se a questão dos três meses de idade para acesso à creche, enquanto que a Região mantém este aspeto, porque entendemos que o exercício da maternidade e da paternidade é fundamental, portanto, o acesso às amas só pode ser feito por crianças com mais de 3 meses de idade.

Também reconhecerá com certeza que a Região mantém a duração mínima e máxima de 4 a 11 horas diárias, exatamente para que possa ser ajustada, portanto, não há um horário fixo para o exercício da atividade, é ajustado em função da necessidade dos próprios pais.

Portanto, o que eu quero dizer com estes pequeninos detalhes de quem possa ter lido o diploma e de facto comparado com aquilo que foi estabelecido a nível nacional, para além das necessárias adaptações aos órgãos de governo próprio, também há outras questões que podemos

estabelecer de forma diferente e fizemo-lo, indo de encontro àquilo que são os princípios que nós entendemos que devem estar garantidos.

Quanto ao resto e às dúvidas que colocou nós não podemos de facto expor de forma diferente em alguns aspetos e daí que o diploma no artigo que já li e fiz menção estabelece e remete para a legislação a nível nacional.

Obrigada.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Renata Correia Botelho (PS):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer relativamente a esta Proposta de DLR que estabelece um regime jurídico na Região para a atividade de ama, incluindo as amas a título privado, digamos assim, e fazendo de uma forma transversal onde as amas do público, digamos, do serviço público da segurança social e as do privado têm as mesmas obrigações, os mesmos critérios e as mesmas regalias no sentido de tempo de férias, horário de trabalho, etc., eu diria para já o mesmo que disse relativamente ao diploma anterior: não é o mais perfeito, mas é aquele com que nós agora estamos a trabalhar.

Agora relativamente a ele eu tenho algumas dúvidas e aí tenho que questionar diretamente a Sra. Secretária Regional no sentido de esclarecê-las.

Na realidade esta questão levantada pelo Deputado Aníbal Pires, tendo como resposta da Sra. Secretária Regional que há, digamos, um

impedimento constitucional para que aqui ao abrigo da nossa autonomia e do nosso Estatuto fazermos de maneira diferente, no fundo é isso que a Sra. Secretária nos está a dizer, eu pedia à Sra. Secretária para explicar um bocadinho melhor, explicar um bocadinho melhor no sentido do impedimento, porque senão levado até às últimas consequências nós acabamos por não ter autonomia nenhuma.

Uma coisa é o Estatuto e a nossa autonomia não podem contrariar a Constituição e o seu articulado; outra coisa é cumprindo a Constituição nós não podemos aqui fazer de maneira diferente.

É uma dúvida que também me assiste e também no plano geral, não só no plano particular da intervenção do Deputado Aníbal Pires, mas no plano geral.

Depois, Sra. Secretária Regional, não encontro resposta neste diploma para cerca de meia dúzia de questões que lhe vou levantar.

Primeira: quais são as entidades formadoras das amas?

Ou seja, uma mulher que neste momento quer candidatar-se à função ou ao exercício deste serviço de ama, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma mulher ou um homem!

A Oradora: Ou um homem! Uma mulher ou um homem! Ama levou-me para o feminino, mas tem toda a razão, Sr. Deputado, e agradeço-lhe muito essa precisão na linguagem de género.

... Sra. Secretária Regional, onde é que se pode, a quem, a que serviço, a que entidade é que uma candidata ou um candidato a este serviço se pode dirigir no sentido de obter a sua formação, porque ela é obrigatória para o exercício deste serviço?

Depois, perguntar à Sra. Secretária, embora tenha havido uma diminuição de 12 para 11 horas no diploma nacional, portanto, nós aceitamos essa

diminuição, se mesmo assim, Sra. Secretária, 11 horas não lhe parece excessivo? Se não poderá ponderar a hipótese de 9 horas de trabalho consecutivo com crianças ser talvez o limite da razoabilidade e da sanidade mental para qualquer pessoa, mesmo para uma ama que tem formação técnica e a outros níveis, para ter uma capacidade e uma paciência que se calhar o comum dos mortais não terá? Se na realidade estas 11 horas não pode considerar excessivas, que seja uma exigência demasiada?

Depois, perguntar-lhe se na realidade a segurança social neste momento está preparada para aceitar uma inscrição amanhã, por exemplo, de um candidato ou de uma candidata que queira exercer esta atividade?

E ainda: está previsto o acompanhamento, a fiscalização, a supervisão das amas. O que lhe pergunto é: quem é que a fará? Porque não entendi muito bem no articulado deste DLR exatamente que entidade ou quem é que fará esta fiscalização, acompanhamento e supervisão.

Finalmente, para já, há uma portaria a nível nacional, a portaria 213/2015, de 17 de julho, que estipula taxas para o início da atividade. Há uma portaria nacional, a 213/2015, de 17 de julho, que no seu art.º 1.º, taxas, diz assim: “pelos atos relativos ao processo de autorização para o exercício de atividade de ama, são devidas as seguintes taxas ...”

O que eu lhe pergunto (não vejo isso no diploma da proposta do Governo) é se estas taxas foram definitivamente abolidas, digamos, na Região, ou se eventualmente ainda por portaria, ou por regulamentação, se poderá lá chegar?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma questão específica para lhe colocar, Sra. Secretária, que tem a ver com a experiência que todos nós temos e dos testemunhos que nós temos na sociedade, das diversas famílias, dos diversos pais, em que para alguns pais é difícil encontrar uma ama que possa acolher crianças com deficiência e incapacidade.

Eu vejo que aqui no art.º 21.º diz o seguinte no n.º1: “o acolhimento assegurado pela ama tem como limite máximo de 4 crianças”.

Depois, para as amas que acolhem crianças com deficiência e incapacidade diz o seguinte: “sempre que se verificar o disposto no número anterior (o número anterior é acolhimento de crianças com deficiência e incapacidade) o número máximo de crianças a acolher por ama não deve ser superior a 3”.

Ora, esta questão pode de alguma forma desincentivar as amas no sentido de que há uma redução do seu rendimento potencial ou do rendimento que podem atingir.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):
Recebem o mesmo!

O Orador: A questão que eu lhe coloco é se de facto isto pode acontecer, se este risco existe ou se existem mecanismos previstos na legislação que impedem este efeito?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Quais são as entidades formadoras? Foi a primeira questão que me colocou.

Nos termos do n.º 6, do art.º 7.º, está aqui exatamente a resposta à sua questão, ou seja: “os cursos de formação podem ser promovidos por entidades de natureza pública, particular, associativa ou cooperativa, designadamente escolas profissionais certificadas para o efeito pelo organismo regional competente em matéria de ação social ou diretamente por este último”.

Isto entronca com a questão que coloca depois um pouco mais adiante e que tem a ver, ou melhor, entronca com o n.º 6 do mesmo artigo, que os cursos de formação podem ser: “os conteúdos (aliás, pelo número anterior), a duração dos cursos, bem como as qualificações profissionais mínimas do corpo docente são objeto de regulação por portaria do membro do Governo, competente em matéria de solidariedade social”, ou seja, após a suposta aprovação deste diploma haverá uma portaria que define os conteúdos, no fundo as condições para a certificação da formação, depois haverá naturalmente entidades privadas associativas ou outras que se vão certificar para ministrar esta formação, o próprio Instituto de Segurança Social dos Açores também o fará, no sentido de que depois possa decorrer a formação e as amas serem certificadas para esta atividade. Portanto, a questão fica respondida com o n.º 5 e o n.º 6 do art.º 7.º.

No que diz respeito a se estamos preparados para aceitar inscrições. A sua questão pode ser colocada em dois sentidos: primeiro, naturalmente que preparados para aceitar requerimentos para o exercício da atividade de ama com certeza que sim, estamos preparados para o efeito, agora é importante para quem quer aceder de novo a esta atividade, que não seja

uma ama já certificada para o efeito, estas sim terão no fundo de aguardar a abertura da formação e entidades certificadas para o efeito no sentido de se prepararem para receberem esta formação.

Quanto a taxas para o exercício da função, de facto elas não foram definidas.

Quanto à questão das 11 horas, eu percebo a questão que coloca, naturalmente que previamente houve uma avaliação técnica e os diplomas, como perceberá, recolhem contributos de entre as entidades que trabalham nesta matéria, designadamente os técnicos, educadores de infância e outros que no fundo estão habilitados a perceber o limite possível.

Eu penso que aqui o que se quer sobretudo é acautelar o máximo, sendo certo que eu acredito que serão poucos os casos e isto é para permitir atender a situações muito particulares em que os pais de facto, por condicionantes da sua vida, de horários, necessitam deste horário mais alargado, estamos a falar muitas vezes de famílias monoparentais em que há necessidade de acautelar estas situações.

Quanto à questão da supervisão e da fiscalização: a supervisão, no caso das amas que exercem no âmbito de uma creche familiar, portanto, com uma entidade enquadradora, a supervisão é garantida por essa entidade enquadradora; no caso da fiscalização para todas as amas, quer no exercício da atividade privada, quer enquadrada em creche familiar, é feita pelo Instituto de Segurança Social dos Açores.

No que diz respeito à questão das crianças com deficiência e à redução do limite máximo. Importa referir que o próprio diploma prevê que, como aliás numa creche normal também há reduções do número de crianças em função da presença de uma criança portadora de deficiência, também nas

amas isto acontece, sendo certo que por um lado nós garantimos aqui que preferencialmente estas crianças com deficiência devem estar enquadradas numa creche familiar exatamente para estar garantida esta supervisão, e por outro lado também porque a retribuição não é reduzida pelo facto dessa ama acolher uma criança com deficiência.

A questão que foi colocada pelo Deputado Aníbal Pires e que agora foi reiterada pela Deputada Zuraida Soares, é respondida no fundo pelo art.º 7.º do diploma nacional que define os requisitos e as condições de acesso, mas também pelo próprio preâmbulo deste diploma, em que é dito que por força da Lei 76/2014, de 11 de novembro, “ficou o Governo da República autorizado a definir os termos e as condições para acesso à profissão da ama e do exercício da ama e o exercício da respetiva atividade”, o que veio a acontecer pelo Decreto-Lei, ou seja, no fundo há um conjunto de condicionantes que levam a que a Região não possa estabelecer de forma diversa, porque, como já referi e volto a dizer, tratam-se de aspetos relativos a matérias de direitos, liberdades e garantias que de facto na Região não podemos dispor de forma diferente e volto a reiterar aquilo que já havia afirmado.

Obrigada pela atenção que me dispensaram.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 25 minutos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para me inscrever, Sra. Presidente!

Presidente: Já esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação do diploma.

Vamos votar este diploma na generalidade.

Está então à votação na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A Mesa não recebeu nenhuma proposta de alteração a este diploma.

Pergunto à câmara se há oposição em votar todos os artigos em conjunto.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, o 3.º, o 15.º, o 18.º, o 23.º, o 24.º, o 26.º, o 28.º, o 30.º, o 31.º, 32.º, 34.º ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço a boa vontade, mas perante o número de artigos que propõe em separado, acho que é preferível votarmos artigo a artigo, até para não haver depois aqui nenhuma confusão na votação.

Vamos entrar no debate e votação na especialidade.

Julgo não haver inscrições, vamos então passar à votação.

Art.º 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): A seguir é o 15.º?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sendo assim e não havendo oposição colocarei à votação do art.º 4.º ao 14.º em votação conjunta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, o próximo artigo era o 21.º?

Deputado Aníbal Pires (PCP): 18.º.

Presidente: 18.º. Muito bem.

Sendo assim e não havendo oposição colocarei à votação em conjunto o art.º 16.º e 17.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Colocarei agora à votação em conjunto, se não houver oposição, do art.º 19.º ao 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, o PCP não se opõe a que do 36.º ao 47.º possam ser votados em bloco.

Presidente: Não havendo então oposição iremos colocar à votação dos art.ºs 36.º a 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 49.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Art.º 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim e não havendo oposição colocarei à votação em conjunto os restantes artigos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Fizemos agora a votação final global do diploma.

Para se repetir a votação?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para repetir.

Presidente: Claro que sim.

Será então repetida a votação final global deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos

a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer o seguinte: embora tendo votado favoravelmente todos os artigos constantes deste diploma, porque na realidade reconhecemos a necessidade de regular, de fiscalizar, de formar e de dar todas as condições sejam às amas das nossas entidades públicas, sejam às do privado, todas as competências de que necessitam para trabalharem e exercerem a sua função de uma forma que deixe os pais e as mães tranquilos quando deixam as suas crianças ao seu cuidado, portanto, concordando com esta iniciativa do Governo, concordando mais ou menos com o articulado do diploma, o BE não pode deixar de insistir que a argumentação de que o articulado da Constituição, direitos, liberdades e garantias não permite à Região legislar num sentido diferente, minimizando e diminuindo a precariedade laboral existente nesta Região, do nosso ponto de vista não colhe, tanto mais que nós sabemos (e com certeza sabemos todos dentro desta Casa) que há um acordo entre o BE e o Governo da República, consignado no Orçamento de Estado para este ano, que concede um regime transitório de um ano para que se encontre (negociando, criando, elaborando) uma forma exatamente de pôr fim à precariedade laboral deste tipo de trabalhadores e trabalhadoras.

Ora, sabendo nós que existe uma norma transitória de um ano e sabendo nós que nada nos impede aqui de fazer de uma maneira diferente, a

justificação para manter estes trabalhadores e trabalhadoras numa situação de insegurança laboral não tem nenhuma razão de ser, porque o nosso Estatuto Político e Administrativo ainda está em funcionamento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Não havendo, encerramos então este ponto.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço desculpa, mas para encerrar as declarações de voto, vou dar a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho, que eu não me apercebi que tinha pedido a palavra.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sei que fui mesmo *in extremis*, mas ainda consegui sinalizar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! *In extremis*!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se fosse o PPM não havia hipóteses!

A Oradora: Eu gostaria realmente de dizer que para o PS é um gosto ver a aprovação deste diploma que aliás de alguma forma granjeou a votação desta Casa e dizer que nos regozijamos com a entrada em vigor de um diploma que vai de facto ao encontro da necessidade de regular a atividade, a atividade quer a nível privado, quer ao nível do setor social, como aqui foi referido; dizer também que para o PS o superior interesse da criança está sempre em primeiro plano e é disto que se trata também na aprovação deste diploma. Portanto, dizer que com um diploma que do

nosso ponto de vista é um diploma inovador, é um diploma consistente, a Região fica a ganhar, ficam a ganhar as famílias, ficam a ganhar as crianças.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que ficou claro nas intervenções que fiz sobre esta matéria os motivos que levaram o PCP a votar contra este Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Governo, são exatamente aquelas que o Grupo Parlamentar do PS não referiu na sua declaração de voto e que tem a ver exatamente com a promoção da precariedade laboral, ou melhor, a institucionalização da precariedade laboral na Região, designadamente nesta atividade que hoje se regulamenta.

Deputado Berto Messias (PS): Isso ficou plenamente esclarecido!

O Orador: Portanto, é bom que fique claro que o PCP vota contra este diploma do Governo Regional exatamente porque ele promove ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e institucionaliza a precariedade laboral na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade como ficou esclarecido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto.

Não havendo, eu então vou conceder o intervalo regimental ao Sr. Deputado Artur Lima de 30 minutos.

Regressamos às 18 horas e 25 minutos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 4 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A instituição da conhecida remuneração complementar é uma história de luta dos trabalhadores da administração pública regional e local nos Açores e foi ancorada nestas reivindicações dos trabalhadores que ainda na década de 80 se iniciou um processo político e parlamentar que culminou no penúltimo Governo do PSD, no Governo de 88/92, numa

altura em que o Governo do PSD perdeu a maioria do apoio parlamentar, que foi aprovada uma proposta do PCP que criou pela primeira vez este complemento salarial para os trabalhadores da administração pública regional.

Apesar de ter vigorado durante algum tempo, o penúltimo Governo do PSD instruiu os seus serviços, designadamente a Contabilidade Pública Regional, para que este abono não fosse processado, sendo que alguns dirigentes da administração pública regional sempre processaram as folhas com este abono, embora a Contabilidade Pública o não tivesse pago. Ele vigorou durante algum tempo, mas em 92 o PSD ganha de novo uma maioria absoluta e é aprovado nesta Assembleia um decreto revogatório que assim pôs fim a esta conquista dos trabalhadores da administração pública regional e local.

Foi necessário chegar ao limiar do século XXI e durante o primeiro Governo do Partido Socialista, um governo minoritário (é bom que nos lembremos), para que se voltasse a criar não só este, mas outros complementos salariais e outros apoios para o povo açoriano, ainda que nessa altura a disponibilidade do Partido Socialista não fosse a mesma que tinha sido no período em que pela primeira vez foi criado.

Importa ainda dizer que os fundamentos para a criação deste e de outros apoios salariais quer em termos pecuniários, quer depois por via fiscal, se acoraram até na prática que o Estado tinha relativamente aos seus trabalhadores na Região, isto é, o Estado conferia aos trabalhadores da administração central um conjunto de apoios no reconhecimento explícito de que havia custos acrescidos por viver na Região Autónoma dos Açores, os chamados custos da insularidade. Foi com base nisto, mas particularmente na luta dos trabalhadores que se instituiu esta

remuneração complementar que o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2000/A instituiu, diploma que como sabemos entretanto tem sido alvo de um conjunto de alterações que o têm vindo a subverter nos princípios que estiveram na sua génese.

Sobre esta breve síntese de contextualização daquilo que estamos a falar, desta remuneração complementar que tem uma longa história e várias vicissitudes no seu trajeto, importa dizer o porquê desta iniciativa do PCP.

Esta iniciativa do PCP funda-se naquilo que são as reivindicações dos trabalhadores da administração pública regional e local.

Aliás, todos nós recebemos anualmente as centrais sindicais e quando lemos as suas reivindicações constatamos que nas suas reivindicações no que concerne à administração pública regional e local sistematicamente lá vem a reivindicação da atualização da base da remuneração complementar.

Os trabalhadores têm razão. Têm razão por vários motivos.

Primeiro, porque esta atualização, as últimas vezes que aconteceram foi em 2009 e 2012, mas é bom que nos lembremos que os trabalhadores da administração pública desde 2009 que não têm aumentos salariais.

Por outro lado, o Governo Regional tem ao seu serviço um vasto segmento de trabalhadores (veja-se isto, Sras. e Srs. Deputados!) a ganharem o salário mínimo nacional e não me enganei. É o salário mínimo nacional, não é o salário mínimo regional.

Deputado André Bradford (PS): Já disse isso sete vezes!

O Orador: Isto é, têm trabalhadores a vencerem como remuneração principal 530 € (530 €!), isto é, o Governo Regional subverteu os princípios da remuneração complementar e ao invés de pagar aos seus

trabalhadores com base no salário mínimo regional, isto é, em 556 €, compensa este diferencial através da remuneração complementar que efetivamente não foi para isso que a remuneração complementar foi criada.

Por outro lado, esta iniciativa (e não tem que se esconder) está associada a uma recente petição que vamos discutir a seguir e que recolhe alguns milhares de assinaturas dos trabalhadores da administração pública regional e local, mas isso será objeto de discussão no ponto seguinte, mas de qualquer forma está efetivamente associada também a essa petição.

Há aqui dois pilares que fundamentam esta iniciativa do PCP: a reivindicação justa da atualização da remuneração complementar que é uma reivindicação que é anual e recorrentemente feita pelas centrais sindicais e agora expressa por milhares de cidadãos que subscreveram uma petição a solicitar essa atualização e é bom que nos lembremos que as petições só surtem efeito se algum grupo ou representação parlamentar assumirem o objeto dessa petição e com toda a legitimidade quer do património político que o PCP tem relativamente a esta iniciativa e à criação da remuneração complementar, quer pela legitimidade conferida pelo povo açoriano que me permite estar aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, lamenta o Partido Socialista e eu particularmente que o PCP se tenha pautado em matéria de tão grande relevância para os trabalhadores por uma ânsia eleitoralista ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Força Graça!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem a viu e quem a vê!

A Oradora: ... indo a reboque, como o senhor próprio reconheceu há pouco, de uma petição apresentada nesta Assembleia, entrando até numa Agenda que creio não ser a do PCP, nem tão pouco da área onde o PCP se movimenta. Estranha-se que o tenha feito.

Sr. Deputado, na ânsia eleitoralista que o moveu, típica aliás de um partido que não tem responsabilidades governativas, copiou o apresentado pelos peticionários, mas nem isso chegou a fazer.

Quis satisfazer os peticionários e acaba por não satisfazer ninguém.

Não satisfaz as reivindicações dos peticionários, nem satisfaz os anseios dos trabalhadores da administração pública em geral.

Deputado Bruno Belo (PSD): A senhora nem parece sindicalista!

A Oradora: O PCP faz é neste caso puro cálculo eleitoral.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista sensível que é a esta matéria, mas com uma responsabilidade governativa concreta e como tal não se pauta por agendas extemporâneas em mexer nesta matéria importante (é certo), fá-lo-á com a ponderação e a responsabilidade que se lhe exige.

Aliás, perante a ausência de respostas a pareceres solicitados aconselharia, inclusive, que o PCP soubesse ler o sinal dessa ausência e até retirasse o diploma, regressando a ele num momento mais responsável

e trabalhando-o de forma direta e consistente com todos os parceiros sociais.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a Sra. Deputada Graça Silva se precipitou quer na ordem da intervenção, quer no seu conteúdo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Parece que não foi sindicalista!

O Orador: É bom que nos lembremos que a CGTP/Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora ainda se lembra?

O Orador: ... e a CGTP intersindical nacional da qual a Deputada Graça Silva é dirigente, ...

Deputada Graça Silva (PS): Não deu parecer sobre este diploma!

O Orador: ... é membro do Conselho Nacional da CGTP intersindical, venha aqui fazer a triste figura que acabou de fazer.

Foi trair os trabalhadores da função pública, da administração pública regional e local.

Deputado Bruno Belo (PSD): Parece que não foi sindicalista!

O Orador: Aliás, a Deputada Graça Silva, enquanto dirigente sindical,
...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ela já não é!

O Orador: ... encabeçou uma das maiores manifestações já vistas na Região Autónoma dos Açores, encabeçou uma manifestação, exatamente exigindo a criação da remuneração complementar ...

Deputada Graça Silva (PS): Exatamente!

O Orador: ... e agora vem aqui fazer esta triste figura.

Deputado Bruno Belo (PSD): Parece que não foi sindicalista!

Deputada Graça Silva (PS): Com muita honra!

O Orador: É lamentável, Sra. Deputada. É lamentável, Sra. Deputada!

Depois é bom que nos lembremos do seguinte: a CGTP, da qual a Deputada Graça Silva continua a ser dirigente, ...

Deputado André Bradford (PS): Democráticamente, Sr. Deputado!

O Orador: Ninguém está a pôr isso em causa, Sr. Deputado. Não!

Mas é que a CGTP, designadamente a sua estrutura regional, apresenta anualmente um documento a todos nós que designa por Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos no qual consta a atualização da remuneração complementar. Consta este ano, como constava o ano passado, como sempre constou ...

Deputada Graça Silva (PS): Não foi apresentado a tempo!

O Orador: ... e o Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos é um documento da sua estrutura sindical.

Deputada Graça Silva (PS): É verdade e o senhor conhece!

O Orador: Portanto, V. Exa. fez aqui uma triste figura.

Os trabalhadores da administração pública regional e local farão o juízo que entenderem de V. Exa., não se esquecerão da bancada onde V. Exa. está sentada e em outubro de 16 ...

Deputada Graça Silva (PS): Bancada que aprovou a remuneração complementar!

O Orador: ... não se vão esquecer da traição que V. Exa. lhes está a fazer.

Quanto a eleitoralismos já falamos, mas é daqui a pouco com outros interlocutores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados não vamos fazer este número novamente.

Têm que se inscrever sob pena de se concluir os trabalhos.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Acolho com todo o agrado, Sra. Presidente, o seu reparo para que façamos intervenções, todavia tenho de, naturalmente, anotar a circunstância do Partido Socialista não ter expresso exatamente o seu entendimento sobre a matéria que aqui está em discussão, isto é, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O debate só começou agora!

O Orador: ... a justiça desta pretensão que têm os trabalhadores da administração pública regional e local de verem atualizado o valor da remuneração complementar e bem assim a circunstância do Governo Regional se refugiar também num silêncio quando muito terá para dizer sobre esta matéria a acreditar nas convicções e na firmeza das intervenções feitas em sede de Comissão quando esta matéria foi abordada.

Portanto, esta minha intervenção digamos que é apenas um interlúdio para que o Governo Regional se possa pronunciar sobre esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Depois da intervenção da Sra. Deputada Graça Silva o Governo Regional já não tem nada a dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estou um bocadinho confuso neste debate e com a intervenção da Sra. Deputada Graça Silva.

Normalmente os deputados têm a lei das incompatibilidades e impedimentos e, portanto, a Sra. Deputada Graça Silva estaria impedida (acho eu) de defender aqueles que eram os interesses da estrutura de que ela é dirigente, a CGTP intersindical.

A CGTP intersindical que apresenta o seu caderno reivindicativo com exatamente o aumento da remuneração complementar.

Portanto, a Sra. Deputada Graça Silva como dirigente da CGTP e deputada teria aqui uma incompatibilidade, mas eis que senão acontece aquilo que é inexplicável.

A Sra. Deputada Graça Silva ataca a estrutura da qual é dirigente ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não vá por aí!

Deputada Graça Silva (PS): Não! Não é verdade! O Sr. Deputado não ponha palavras na minha boca!

O Orador: ... e discorda da estrutura da qual é dirigente, não estando incompatível. Mas a incompatibilidade mantém-se no mesmo, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada não pode ser 'Olívia empregada e Olívia patroa'. A Sra. Deputada vai ter que escolher e optar por um.

Deputada Graça Silva (PS): Eu só sou a Olívia empregada!

O Orador: Não pode ser lá fora, quando o Governo muda de cor, a Sra. Deputada é 'Olívia empregada' e depois vem para aqui para defender o Governo a 'Olívia patroa'.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado também é funcionário do centro de saúde e fala sobre o centro de saúde!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, vai ter que se definir onde é que fica é porque à porta é que não pode. Não pode, Sra. Deputada! Vai ter que decidir onde é que quer ficar e isso é que eu agradecia que a Sra. Deputada esclarecesse.

Mas já agora também e com o devido distanciamento esclareço o Sr. Deputado Francisco César: é que eu não estou impedido de falar sobre saúde.

Deputado Francisco César (PS): Nem a Sra. Deputada está impedida de falar!

O Orador: Não estou impedido!

Estou impedido de falar é numa estrutura da qual eu possa ter interesse, como por exemplo a minha ordem e da qual eu possa ser dirigente. Aí

estou impedido, Sr. Deputado Francisco César. Agora não estou impedido de falar do assunto.

O senhor percebeu a diferença Sr. Deputado Francisco César, ou quer que eu volte a explicar?

Percebeu o que eu disse?

Deputado Francisco César (PS): Percebi, mas não concordo!

O Orador: Concorda, sim senhor!

Eu não poso é defender a estrutura da qual eu sou membro, vir para aqui apresentar projetos de uma estrutura quando eu tenho interesses. Agora de saúde posso falar.

Deputado Francisco César (PS): Mas não são interesses pessoais. São interesses do bem estar coletivo!

Deputado Bruno Belo (PSD): Estamos todos comovidos!

O Orador: É a mesma coisa!

A Sra. Deputada é membro (não é sócia, é membro) de uma estrutura sindical ...

Deputado Francisco César (PS): Ela defende os trabalhadores! Essa estrutura não deu parecer!

O Orador: ... que curiosamente eu achava que ela vinha defender, mas não! Veio aqui atacar e tomar posições contrárias à sua estrutura e talvez por aí não esteja ... Não defende os trabalhadores, ela ataca os trabalhadores que é uma questão diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor disse que eu fiz uma triste figura, mas, Sr. Deputado, segundo me constou o senhor andou a fazer circular uma fotografia minha que até parece que eu estava a fazer uma bonita figura. Contradiz-se, Sr. Deputado!

Relativamente ao facto, Sr. Deputado, de ser dirigente do Conselho Nacional da CGTP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nacional, ainda por cima! Ainda é mais grave!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a geringonça boa, por outro lado é a geringonça má!

A Oradora: Conselho Nacional da CGTP, Sr. Deputado, sou e sou com muita honra como fui estes anos todos.

Agora o que está aqui em causa, o que está no seu diploma, Sr. Deputado, não tem nada a ver com aquilo que a CGTP defende até porque foi a própria CGTP que não respondeu ao parecer que lhe foi solicitado, Sr. Deputado, sobre o seu diploma, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se calhar pediram a si!

A Oradora: O que está aqui em causa é o *timing*. No seu diploma o que está em causa é o *timing* que o senhor apresenta.

O senhor não responde às expetativas quer da CGTP, quer de outras centrais sindicais, nem sequer às dos peticionários de onde o senhor seguiu as pisadas, digamos assim.

O Sr. Deputado Artur Lima também falou que eu estaria aqui a defender uma posição contra aquela que defende a estrutura sindical da qual eu faço parte.

Não, Sr. Deputado! Eu aqui (e reitero!) reconheci que o Partido Socialista é sensível a essa matéria, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... até porque foram os governos do Partido Socialista que a mantiveram durante estes anos todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mantiveram, mas não votaram!

A Oradora: As maiorias da Assembleia do Partido Socialista é que mantiveram a remuneração complementar, Sr. Deputado, ao contrário, por exemplo, daquilo que defende hoje o Sr. Deputado Joaquim Machado que quando estava no Governo, fez parte de um Governo, que retirou o subsídio de insularidade, o então chamado subsídio de insularidade, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e agora vem defender aqui uma coisa como se fosse ele o autor da questão.

Sr. Deputado, tenhamos coerência com aquilo que dizemos e com aquilo que fazemos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu começaria por dizer *mea culpa, mea culpa, mea culpa*.

O dia vai longo, a hora tardia, estamos cansados e cansadas e provavelmente a memória falha-nos. Se calhar devíamos voltar ao princípio e começar esta discussão de novo, porque eu antes de entrar propriamente na matéria em apreço, que é o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PCP para aumento da remuneração complementar, tenho que esclarecer uma coisa.

A Sra. Deputada Graça Silva, enquanto dirigente da CGTP e enquanto deputada, tanto quanto eu percebi, afirmou há três ou quatro minutos atrás que a CGTP não defende o aumento da remuneração complementar.

Deputada Graça Silva (PS): Não disse isso!

A Oradora: Sra. Deputada, vai-me esclarecer, porque aquilo que a senhora disse foi “a CGTP não defende isso”.

O que é “isso”?

“Isso” é a proposta que estamos a discutir. Ok! É a proposta que estamos a discutir.

Se a CGTP não defende “isso”, Sra. Deputada, como é que eu tenho na mão uma nota informativa da CGTP datada do dia 12 de julho, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi ontem! Ela nem sabe!

Deputado Bruno Belo (PSD): Já foi há muitos dias!

A Oradora: ... assinado pela comissão coordenadora da CGTP e que diz o seguinte: “A CGTP-IN/Açores espera ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que os deputados da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores aprovelem a proposta da Representação Parlamentar do PCP que estabelece o aumento da remuneração complementar regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que a senhora foi demitida e não sabia!

A Oradora: Esta não é uma opção, mas sim uma necessidade que se impõe a todo o custo, pois não podemos assistir impávidos e serenos a um vergonhoso exponencial aumento da exploração, das desigualdades e das injustiças sociais na Região.”

Esta nota informativa assinada pela Comissão Coordenadora da CGTP-IN/Açores continua.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, diretamente para a Sra. Deputada Graça Silva: ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Deputada, vai ter que ler isso mais uma vez!

A Oradora: ... das duas, uma – ou a Sra. Deputada enquanto dirigente da CGTP não esteve nesta reunião e é legítimo (é legítimo!), ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Deputada, entregue esse documento na Mesa para ser distribuído!

A Oradora: ... mas talvez tirasse ênfase à forma como a senhora disse “a CGTP não concorda com isso” (“isso” aqui é só uma coisa, é o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP), ou então alguma coisa de estranho se está a passar neste Parlamento.

Só se há duas CGTPs o que também é uma possibilidade, mas eu preciso de alguma explicação.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esqueceram-se de a informar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação, ou melhor dizendo duas interpelações e penitencio-me desde já se uma delas não tiver o devido enquadramento, porque efetivamente (e começo exatamente por aí) a interpelação devia ser à Sra. Deputada Zuraida Soares para disponibilizar a todo o plenário aquele comunicado da CGTP que eu tenho em formato de jornal, porque ele hoje foi publicado, mas ela tendo o original naturalmente faria mais sentido.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, essa era uma das interpelações.

A outra interpelação, Sra. Presidente, é dirigida a V. Exa. porque no decurso deste debate que ainda vai no seu início (suponho eu, desde logo porque ainda não tivemos intervenção do Governo Regional sobre a matéria) já foi aduzido diretamente e por apartes que a CGTP não deu parecer e, portanto, aquilo que eu pretendia saber de V. Exa. é se na tramitação processual deste Projeto de Decreto Legislativo se houve alguma anomalia, algum atropelo ao que está determinado para matérias desta natureza.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não houve nenhum atropelo. Portanto, a tramitação em Comissão fez-se como é habitual fazer e, portanto, não houve nenhuma questão, pelo menos que eu tenha conhecimento, mas penso que não. O processo tramitou como é habitual na Comissão.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço a mesma introdução do Sr. Deputado Joaquim Machado quanto ao enquadramento, a Sra. Presidente dir-me-á ou não se tem enquadramento regimental, mas eu gostaria de dar uma informação a esta câmara suscitada pela questão levantada pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

É que a informação que eu tenho é que houve um parecer dado pelo STAL relativamente a este Projeto de Decreto Legislativo Regional que não consta na realidade do relatório, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é muito grave!

A Oradora: ... mas a informação que eu tenho para lá desta nota informativa é que houve um parecer dado pelo STAL.

Era só para esclarecer a câmara.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Naturalmente a Comissão quando pede ou diretamente ou quando põe à discussão pública os pareceres, naturalmente que os pareceres depois são entregues à Casa.

Portanto, eu não consigo saber exatamente qual foi a tramitação que a Comissão escolheu. Fica feito esse esclarecimento.

Estava inscrito e está inscrito o Sr. Deputado Francisco César.

Tem a palavra.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Agora vai! A Sra. Deputada foi silenciada!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço o vosso silêncio para que os trabalhos possam decorrer dentro da normalidade.

O Orador: Eu não quero perturbar o diálogo entre a Deputada Zuraida Soares e alguns deputados desta câmara, mas primeiro dar um esclarecimento não enquanto deputado do PS, mas enquanto Presidente da Comissão de que houve um conjunto de pareceres que foram solicitados, houve algumas instituições que responderam, houve outras que não responderam. Salvo erro a CGTP não respondeu.

Os pareceres que foram recebidos foram devidamente publicados no site da Assembleia.

Primeira questão que se deve colocar tem a ver com a remuneração complementar e a posição do Partido Socialista.

O Partido Socialista é provavelmente dos partidos que aqui dentro estão aquele que está mais à vontade sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É para chumbar!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Bruto da Costa, eu considero estranho que um partido como o seu, aliás, com um deputado que está atrás de si, que revogou o subsídio de insularidade em 1992 tenha agora o à vontade de vir permitir ou de vir requerer o aumento da remuneração complementar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É caso para dizer que só é tarde o que nunca chega, mas muito bem.

Mas mais ainda acrescento que sobre esta matéria o Partido Socialista está à vontade, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É para chumbar!

O Orador: ... porque o que os senhores vêm hoje pedir em relação aos trabalhadores foi algo que não pediram nos últimos quatro anos. Eu não vi os senhores na primeira fila da frente do PSD ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Deputada Graça Silva não deixou de estar na primeira linha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na primeira fila estava a Sra. Deputada Graça Silva!

O Orador: Sobre esta matéria os senhores estão inocentes.

Eu não vi o PSD na primeira fila desta bancada (aliás, a primeira fila está um pouco descomposta), desta Assembleia, defender o rendimento dos trabalhadores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor explique como é que votava agora!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ouça!

O Orador: ... quando o Governo da República do PSD e do CDS-PP cortaram no vencimento dos trabalhadores.

Nós estamos à vontade, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque quando o Governo anterior, em 2011, da responsabilidade do Partido Socialista cortou nos vencimentos nós não olhámos para a cor partidária e aqui nos Açores dissemos presente e viemos compor ou recompor o vencimento dos trabalhadores ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a mesma coisa aconteceu quando a cor partidária do partido do Governo foi diferente, porque quando o PSD voltou a cortar no vencimento dos trabalhadores nós aqui também viemos auxiliar o rendimento dos trabalhadores.

Deputado Bruno Belo (PSD): E quem é que cortou nos vencimentos? Os PECs são de quem? E mais... Vão continuar a cortar!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria estamos à vontade e até mais lhe digo.

Nós fomos para além disso, porque nós tivemos em atenção aos complementos de pensão, aos abonos de família e outro tipo de prestações sociais. O Partido Socialista está à vontade sobre esta matéria. Mais ainda! Se nós formos contabilizar a diferença daquilo que aconteceu no continente da austeridade ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tiraram 600 mil euros aos Açores. O maior corte de sempre foi feito pelo seu Governo!

O Orador: ... e toda a política que tivemos, a nossa via açoriana de apoio ao rendimento das famílias, nós conseguimos contabilizar em termos anuais cerca de 270 milhões de euros, ou seja, os Açores tiveram um benefício em relação ao continente anualmente na ordem dos 270 milhões de euros.

Quer mais?

O PSD sobre esta matéria está tão interessado (curiosamente a tão pouco tempo das eleições regionais) que nós podemos dar-lhe mais um exemplo.

Mesmo quando alterámos o diferencial fiscal há um escalão, o segundo escalão, que teve um acréscimo de rendimento por via do diferencial fiscal na ordem dos 25%.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, nesta matéria de apoio ao rendimento das famílias, de estímulo à economia, de apoio aos nossos funcionários públicos nós estamos completamente à vontade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): À vontade para chumbar!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Mais! Não há partido político, não há Governo que não gostasse de aumentar os funcionários públicos sempre que isso fosse possível, mas nós estamos aqui não numa postura eleitoralista. Nós estamos aqui numa postura responsável, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que o senhor fala nisso!

O Orador ... responsável de quem não quer dizer a três meses das eleições “vamos já aumentar os funcionários públicos, vamos já comprometer o próximo Governo antes dos açorianos se pronunciarem”. Aquela que é a posição do Partido Socialista é a de não comprometer aquele que será o sufrágio que os açorianos irão fazer nas próximas eleições regionais antecipadamente.

Aquilo que deve acontecer é que essa alteração deve ser feita após a decisão dos açorianos em outubro próximo ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador ... e é esse o compromisso: não de ir eleitoralismo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que o senhor está a dizer é uma perfeita aberração. O senhor sabe isso!

O Orador: ... (nós aceitamos aquela que é a reivindicação normal dos trabalhadores da função pública, que obviamente querem ver o seu rendimento aumentado, nós percebemos isso), agora nós temos aqui uma

postura responsável, porque é uma postura de perceber que politicamente isto tem um significado, que é que nós não queremos comprometer aquele que será o novo executivo antes de nós termos os resultados das próximas eleições, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o que é que as eleições têm a ver?

O Orador: ... ou seja, os açorianos devem pronunciar-se primeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os eleitores vão pronunciar-se sobre isto?

O Orador: É esta a nossa posição, porque é aquela que nos parece mais responsável e que defende os interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Manuel Pereira (PS): Prescinde Aníbal! Vais levar mais “pancadaria”!

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro uma palavra para a Deputada Graça Silva e lembrá-la que foi a luta pela remuneração complementar que deu visibilidade, enquanto dirigente sindical, à Deputada Graça Silva e que a fez subir na estrutura

sindical e depois integrar as listas do Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é deselegância!

O Orador: Depois esclarecer-lhe ainda um outro aspeto, porque é que o PCP não assume a totalidade do objeto da petição? Porquê?

Eu vou explicar-lhe.

A petição propõe um aumento de 10% em 2016.

Deputado Francisco César (PS): Porquê 10%?

O Orador: O PCP propõe para 2017 porque como se sabe estamos impedidos de aumentar a despesa e, portanto, remete-se para 2017.

Portanto, Sra. Deputada, parece-me que estes dados são perfeitamente claros.

Quanto à argumentação do Deputado ...

Deputada Graça Silva (PS): Acho que o senhor não leu a petição!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A questão não era essa!

O Orador: É essa, é!

... Francisco César para que esta Assembleia não tome uma decisão sobre esta matéria eu gostava de dizer o seguinte.

Primeiro, a Assembleia não fechou para campanha eleitoral.

Deputado Francisco César (PS): Ninguém disse isso!

Deputado André Bradford (PS): O pior é que vêm para aqui fazer campanha eleitoral!

O Orador: Não fechou!

Temos toda a legitimidade, estamos sufragados pelos açorianos, o nosso mandato não chegou ao fim, temos toda a legitimidade para propor o que quer que seja neste momento e até que a legislatura acabe.

Aliás, os efeitos que esta iniciativa produz em termos (vindo a ser aprovada) dos próximos orçamentos ...

Deputado Francisco César (PS): É ilegal! A nível do orçamento é ilegal!

Deputado André Bradford (PS): Então faça essa proposta no próximo orçamento!

Deputado José Ávila (PS): Pode não estar cá!

O Orador: Mas vou estar e vou estar bem acompanhado. Vou estar bem acompanhado!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eventualmente não haverá é tantos deputados do Partido Socialista, mas isso é outra coisa.

Nós estamos eleitos, temos todo o direito de o fazer.

Mais! O argumento de que isto hipoteca as finanças públicas do próximo ano é um falso argumento, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é que usou esse argumento?

O Orador: ... porque já aprovámos este ano diplomas (e falo só neste ano) nesta Assembleia que vão ter efeitos nos orçamentos de 2017, 2018 e por aí fora e isso não invalida que tivessem sido discutidos e aprovados. Nós não estamos fechados para férias.

Há aqui um segundo aspeto, Sr. Deputado Francisco César, que é o seguinte: é justamente por acontecer eleições em outubro que é importante que esta questão fique clarificada agora.

Deputado André Bradford (PS): Já percebemos!

Deputado Manuel Pereira (PS): Olhe que novidade!...

O Orador: É importante que esta situação fique clarificada agora! Porque os trabalhadores da administração pública regional e local têm

todo o direito de saber o que é que cada um destes partidos pensa relativamente a esta situação e, portanto, é justamente por isso que queremos perceber quem é que está ao lado ou não dos trabalhadores, até porque como eu disse há pouco a situação que se está a verificar na administração pública regional é lamentável.

Pagar não o salário mínimo regional ...

Sr. Presidente isto não é aceitável! Pagar não o salário mínimo regional, mas pagar o salário mínimo nacional aos trabalhadores da administração pública regional e utilizar a remuneração complementar para os compensar não é aceitável e não é politicamente correto. É isso que se está a passar nesta Região, até por isso, Sras. e Srs. Deputados, é necessário aumentar o valor base da remuneração complementar, atualizá-lo para valores que compensem valores salários tão baixos como 530€, que é o que Vs. Exas. têm. Têm muitos trabalhadores na administração pública regional a ganhar 530€ por mês.

Eu tenho aqui um recibo que comprova ...

Deputado André Bradford (PS): Devia ter muitos!

O Orador: ... (um como há muitos outros), de um auxiliar que ganha 530€.

Mas qual é que é o salário mínimo regional? Não são 556€?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Quem estiver a assistir a este debate com certeza ninguém se terá apercebido que isso foi claramente omitido que nós não estamos a falar

de um aumento da remuneração complementar para o próximo mês, para daqui a dois meses.

Deputado Aníbal Pires (PCP): 2017!

O Orador: Estamos a debater um aumento da remuneração complementar para 2017 ...

Deputado Francisco César (PS): Exato!

O Orador: ... e a primeira questão é isso que tem de ficar claro: não estamos a debater qualquer aumento da remuneração complementar para agora. Estamos a decidir agora um aumento para o próximo ano que normalmente é decidido no Orçamento da Região de cada ano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aqui só há uma questão e uma conclusão: é a diferença entre duas partes. Quem tem confiança no que os açorianos vão decidir em outubro e quem tem a consciência tranquila daquilo que fez pelos funcionários públicos.

Quem tem a confiança do que os açorianos vão decidir em outubro apoia que esta matéria seja decidida quando sempre foi no Orçamento da Região que será votado depois dos açorianos escolherem os seus representantes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para quem não confia no que os açorianos irão escolher em outubro é que tem a pressa de decidir algo que deve ser decidido depois dos açorianos escolherem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem dito!

O Orador: Quem tem a consciência tranquila daquilo que fez pelos funcionários públicos não precisa de estar à pressa a tentar decidir algo que deve ser decidido pelos açorianos depois.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é a matéria do *timing*.

Segundo, vamos à matéria da substância.

O que estamos aqui a discutir é qual é a variação que haverá da remuneração complementar no próximo ano e o que é que esta proposta diz que deve ser o aumento da remuneração complementar no próximo ano?

Vamos ser claros: para 1447 funcionários públicos menos de 2€ por mês; para 454 funcionários públicos 2€ por mês; para 1910 funcionários públicos 3€ por mês; para 2740 funcionários públicos 4€ por mês; ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há pessoas em que 4 euros por mês é muito dinheiro!

O Orador: ... para 1531 funcionários públicos 5€ por mês.

Não é para receberem agora, é para receberem para o ano.

Portanto, se é para receberem para o ano é esta a dimensão da análise que aqui está.

Somando estas duas partes todos nós já percebemos quem é que tem confiança na decisão dos açorianos e quem tem a consciência tranquila sobre o apoio que sempre deram aos funcionários públicos e esta conclusão também fica deste debate.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e **Deputado Miguel Costa** (*PS*): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto que é na nossa opinião essencial.

Só para fazer o exemplo: se é para 2017, se é uma decisão que é normalmente tomada pela nova Assembleia no âmbito do Orçamento, haverá alguma razão de circunstância especial para além destas que referi, desta tentativa de esconder o que foi o passado em relação aos funcionários públicos ou medo da decisão dos açorianos?

Houve alguma situação que alterou o rendimento o rendimento dos próprios funcionários públicos este ano?

A resposta é houve, sim senhor.

O que houve este ano foi o corte na sobretaxa de IRS aplicado a esses funcionários públicos, ou seja, a redução da sua carga fiscal, o aumento dos seus impostos.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas que não tem nada a ver com a Região!

O Orador: Só para dar um exemplo: se um funcionário ganhasse 924€ por mês, com esta proposta, ia receber no próximo ano por mês mais 3€. Com a redução da sobretaxa de IRS está a receber 10 vezes mais do que aquilo que propunham com essa proposta.

Isto é só para vermos a dimensão, ou seja, o que aconteceu este ano foi o Governo da República ter reduzido o IRS, aumentando o rendimento disponível. O que aconteceu este ano foi o Governo da República com o

apoio do PCP e do Bloco de Esquerda ter baixado os impostos sobre o IRS a estes funcionários que tinham sido aumentados pelo PSD.

É essa a realidade e a alteração deste ano.

E mais! Na dimensão regional nós precisamente para estes funcionários públicos e para os trabalhadores com este rendimento aumentámos o diferencial fiscal que sempre foi de 20% para os rendimentos entre os 7 mil e os 20 mil euros em que se inclui os funcionários que recebem a remuneração complementar, passámos de 20 para 25% a baixa fiscal face ao nacional para dar ainda mais rendimento a estes mesmos funcionários. Foram dois acontecimentos que aconteceram este ano e que aumentaram o rendimento líquido disponível desses mesmos funcionários.

Portanto, tendo em conta estas três realidades só há aqui um aspeto que importa para termos esta discussão hoje, aqui e agora que tem esta dimensão de rendimento e este impacto apenas no próximo ano, num ano onde estes mesmos funcionários já tiveram aumento de rendimento: chama-se eleições em outubro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito vem!

O Orador: Por isso mesmo é perante esse facto que nós, Governo, perante os açorianos dizemos com clareza: temos a consciência perfeitamente tranquila da avaliação que os funcionários públicos farão a este Governo.

O Governo que criou uma remuneração compensatória quando a República cortou no vencimento, um Governo que repôs e reforçou a remuneração complementar quando a República cortou nos vencimentos, um Governo que repôs a 35 horas de trabalho quando o Governo da República passou para as 40 horas, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... um Governo que voltou a pagar devidamente e no tempo certo o subsídio de férias quando o Governo da República o diluiu no tempo. É esse o nosso património.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

O Orador: Este mesmo Governo que para defender a remuneração dos açorianos, dos funcionários públicos açorianos enfrentou o Tribunal Constitucional contra tudo e contra todos. Foi este o nosso património.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

O Orador: E não é uma oportunidade para tentar fazer esquecer isso que vai alterar a nossa coerência.

Se nós estivéssemos aqui a apresentar uma proposta para aumentar 3€ em alguns funcionários no próximo ano seríamos acusados de oportunismo político, de estar a enganar os açorianos e de estar a falsificar a realidade.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): É verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque dizemos não a manobras de mera manipulação estamos aqui com a consciência tranquila, porque uma coisa é certa: nós confiamos perfeitamente na avaliação que os açorianos farão do nosso trabalho e daquilo que é a confiança que irão depositar em quem, em outubro. Se temos da generalidade dos açorianos essa confiança, temos ainda mais reforçada dos funcionários públicos da Região que sabem quem esteve ao seu lado quando sempre foi preciso e sabem quem os apoiou, quem garantiu manter os rendimentos, quem lhes manteve os direitos sempre em cada momento ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Aníbal, parece que já fechamos para campanha!

O Orador: ... quando alguns hoje vêm defender aquilo que não fizeram no passado e que aplaudiram quem cortou, quem retirou direitos, aplaudiram de pé quem cortou e quem retirou direitos.

Deputados Miguel Costa e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Agora vêm dizer que querem fazer aquilo que nunca fizeram quando estavam no Governo, mas querem fazer no próximo ano antes dos açorianos decidirem quem é que no próximo ano pode fazer isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores é que juntos conseguiram!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos.

Recomeçamos amanhã às 10 horas.

(Eram 19 horas e 26 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

P'la Redatora, Noélia Escobar

A Redatora, Ana Machado